

---

Olavo Bilac B. M. Cardoso

WP/CEAUP #2007/9

# O Impacto da Grande Recessão na Colónia Portuguesa de Cabo Verde (1929-1935)\*



CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS  
UNIVERSIDADE DO PORTO



Este trabalho tem como objectivo principal analisar os efeitos da Grande Depressão na Colónia de Cabo Verde, a mais abandonada de todas as colónias portuguesas de África, dentro de um quadro catastrófico internacional, resultado da crise bolsista de Nova Iorque.

Nos anos 20, a população cabo-verdiana estava composta por camponeses habituados a enfrentar longos períodos de seca e conseqüentemente fome generalizada, com uma elevada taxa de mortalidade. Desde o século XIX, o Porto Grande do Mindelo, na ilha de São Vicente, cresceu em importância internacional. O seu movimento e tráfego comercial não só forneceram trabalho a um grande número de pessoas que procuravam emprego, como foi um alívio aos sucessivos anos de seca, ao mesmo tempo se tornou na maior fonte de receitas para a colónia. Em 1927, 70 % das receitas eram provenientes das comunicações efectuadas pelos cabos submarinos transatlânticos, dos direitos alfandegários, do carvão para reabastecimento de navios transatlânticos. Uma quantidade equivalente provinha de remessas de emigrantes e do comércio relacionado com as tarefas portuárias.

O investigador demonstra como a Depressão está estreitamente relacionada com as grandes transformações tecnológicas da época, que deixaram profundas chagas na economia cabo-verdiana. As transformações nas comunicações, nos combustíveis; com a substituição do carvão pelo óleo diesel vieram revolucionar as comunicações internacionais, ultrapassando as possibilidades de oferta do Porto Grande do Mindelo, que mergulha numa profunda crise e vê reduzir o fluxo de navios, que antes aqui aportavam. Foram assim, dramaticamente, postos em causa os postos de trabalho em São Vicente e as receitas da colónia. Os efeitos da Grande Depressão internacionalmente afectaram também as remessas dos emigrantes, que por falta

After a review of the policies adopted to deal with the Great Depression in the United States and Europe, this article reports on the effects of the Great Depression in Cape Verde, the most neglected of Portugal's colonies off the coast of West Africa. In the 1920's, the archipelago's population was largely composed of a subsistence based and land hungry peasantry in an environment characterized by recurring droughts of catastrophic proportions. Since the mid 19th century Porto Grande, the deep water port in Mindelo, on the island of Sao Vicente had grown in international importance. In Cape Verde Porto Grande not only provided employment for ever larger populations seeking work and relief from drought, but had come to provide the major part of the colony's income. In 1927, duties from communications based on the transatlantic cable, and customs duties on the imported coal to refuel transatlantic shipping provided 70% of Cape Verde's income. The balance was provided by remittances from emigrants and from port related commerce. The writer shows that the Depression coincided with major technological changes that cut to the heart of Cape Verde's economy. Cable based communications switched to wireless communications; and oil came to replace coal as the fuel for international shipping, resulting in a dramatic reductions in Porto Grande's shipping, in the country's income, and in the employment available in Porto Grande. Income from remittances declined, reflecting the effects of the Depression overseas, and the protectionist policies adopted by other countries further reduced shipping and reduced Cape Verde's already limited exports.

In contrast to the Keynesian economics adopted by the United States and other European powers at the time, Portugal refused to invest in the port or to address the agricultural crisis. Instead, Portugal's authoritarian military dictatorship exac-



de emprego, deixam de poder enviar as habituais divisas estrangeiras. Esses países a braços com problemas profundos, devido à crise limitaram o movimento dos seus navios e adoptaram medidas político económicas proteccionistas, que afectaram grandemente as já precárias exportações cabo-verdianas.

Ao contrário dos Estados Unidos da América e das outras potências da época, Portugal não adoptou as medidas económicas Keynesianas, recusando investir no Porto Grande do Mindelo, ou tomar medidas que fizessem face à crise na agricultura. Em vez disso, o regime militar autoritário português fez crescer os efeitos nefastos da Depressão sobre a colónia de Cabo Verde. A política salazarista do "apertar o cinto" foi assegurada por uma repressão económica e militar, as quais duraram até muito depois da Segunda Grande Guerra, com profundos efeitos nas estruturas sociais da nação.

erbadated the effects of the Depression. Its policies of economic belt-tightening (with its refusal to invest in the port) were buttressed by a political and military repression which lasted until and beyond the Second World War, with profound effect on the nation's social structure.



# Índice

Introdução

Cabo Verde: Aspectos Gerais

Cabo Verde: A Economia

Cabo Verde: As Crises Cíclicas

A Crise: A Quinta-feira Negra

A Crise: Franklin D. Roosevelt e o *New Deal*

A Crise: As Consequências da Depressão nos  
Países Industrializados

Impactos: A Grande Depressão em Portugal  
(1929/1935)

Impactos: Repercussões na Colónia de Cabo  
Verde

Impactos: Um mundo que acabou

Conclusão

Bibliografia



# Introdução

Em Cabo Verde ignora-se a data de 24 de Outubro de 1929 e o fenómeno a que Portugal e as suas colónias ficaram indissolvelmente ligados: a crise da Bolsa de Nova Iorque e a Grande Depressão. O seu impacto agravou-se, dividindo as várias e sucessivas crises agrícolas, seguidas de grandes mortandades, chegando a dizimar dezenas de milhares de almas em cada vaga sofrido pelo arquipélago desde o seu povoamento.

As crises agrícolas têm características próprias e formas de manifestação distintas das da crise económica de 1929/33, que abalou o mundo, marcando tragicamente uma época e que não deixou incólume Portugal e a colónia de Cabo Verde. É, por conseguinte, dentro da lógica colonial que faz sentido analisar os efeitos e as medidas tomadas no sentido de a fazer frente em Cabo Verde. A relação que havia entre a colónia e a Metrópole era uma relação de subordinação política, demográfica, económica e cultural, e não tinha como objectivo, nem como princípio o benefício da colónia, mas a defesa dos interesses da Metrópole, principalmente num momento tão trágico como foram os anos que sucederam a crise bolsista de Nova Iorque.

A metodologia que adoptaremos será a de, em primeiro lugar fazer o levantamento das crises próprias de Cabo Verde, analisá-las, com o objectivo de traçar a situação em que a colónia se encontrava quando começou a sofrer o impacto da Grande Depressão; em segundo lugar compreender o que foi a crise de 1929/33 nos Estados Unidos da América e o seu verdadeiro impacto nas nações industrializadas; em terceiro lugar perceber quando ela se fez

sentir em Portugal (na Metrópole), quais foram as consequências, político-económicas e sociais que teve e as medidas aí adoptadas para combater a crise, e finalmente analisar a situação político-económica e social da colónia de Cabo Verde, dentro desta conjuntura crítica e que soluções o Governo colonial encontrou para os problemas locais.

Seguiremos um modelo de desenvolvimento cronológico, que nos permitirá ir acompanhando as transformações na vida económico-social das comunidades cabo-verdianas e compará-las com os países industrializados intervenientes nesta sucessão de acontecimentos.

Este é um tema, que na nossa opinião, é muito complexo e fundamental para a história económica, social e política de Cabo Verde. Este estudo, não tendo sido feito por um economista, pode pecar por falta de rigor técnico, no entanto, tem como objectivo contribuir para desbravar caminhos e apontar pistas hipotéticas para um estudo mais detalhado.



# Cabo Verde: Aspectos Gerais

A economia de Cabo Verde é essencialmente do tipo agro-pecuário, com excepção das ilhas de São Vicente e Sal. Devido à localização geográfica do arquipélago, *numa zona de fraca irregular pluviosidade, as ilhas estão sujeitas, periodicamente, a estiagens mais ou menos prolongadas que têm causado mortandades catastróficas, em virtude da falta de géneros de subsistências e de recursos suficientes para os adquirir.*<sup>1</sup>

O arquipélago de Cabo Verde encontrasse localizado a 620 km da costa oeste do Senegal, entre os paralelos 17º 12' e 14º 48' de latitude Norte e é formado por dois grupos de ilhas: - o de Sotavento composto pelas ilhas de Santiago, Fogo, Brava, Maio; o de Barlavento composto pelas ilhas de S. Vicente, Santo Antão, Sal, S. Nicolau, Boavista e Santa Luzia, que é desabitada, e vários ilhéus distribuídos pelos dois grupos. Tem uma superfície total de 4033 km quadrados. A densidade populacional em 1998 era de 399.857 habitantes, o que corresponde a uma densidade de 99h/km quadrados. Cerca de 70,3% da população vive nas zonas rurais.<sup>2</sup> *A densidade populacional varia de acordo com as características orográficas e a maior ou menor superfície de terras aráveis de cada ilha e por vezes em razão da distribuição das propriedades rústicas. Estes factores influem em certa medida as correntes emigratórias.*<sup>3</sup> A ilha de Santiago é a maior, com 992 km quadrados, a mais povoada e onde se encontra a capital. A ilha de S. Vicente, de povoamento mais recente, a sua cidade do Mindelo é reconhecida como centro cultural e como sendo a primeira do arquipélago a conhecer algum tipo de industrialização a partir do século XIX. A cidade de S. Filipe na ilha do Fogo desempenhou tam-

bém uma importância substancial na economia agrícola do arquipélago sobretudo devido à sua tradicional ligação migratória com os Estados Unidos da América, que data dos tempos da pesca da baleia.



## Cabo Verde: A Economia<sup>4</sup>

As infra-estruturas económicas de Cabo Verde sempre foram débeis e do tipo semi-industrial, que vêm de tempos antigos relacionados com o fabrico de açúcar de cana, e aguardente, que eram negociados na costa da Guiné; artesanato têxtil que necessitava de algodão, lã de carneiro e anil; a panaria, com elevado valor económico por cerca de três séculos; mas que foram decaindo até deixarem de ter interesse económico, passando a uma indústria doméstica, que absorvia um pequeno número de mão-de-obra.

Os produtos de exportação com algum peso no comércio como o açúcar, o "pano-de-terra"<sup>5</sup> foram desaparecendo pela concorrência da indústria europeia e americana que ofereciam melhor qualidade e preço mais baratos. Está também entre as causas do desaparecimento de certos produtos dependentes da matéria-prima de origem agrícola, a deterioração do ambiente climático e a erosão dos solos. Podemos incluir os principais: a purgueira, a urzela, o café, o coral, o rícino, o sal, peixe fresco em conserva ou em salmoura, moluscos e crustáceos (sobretudo lagosta), a banana, a polaina e água para fornecimento dos navios.

A urzela já era exportada no longínquo ano de 1468, oito anos após a descoberta das ilhas, dando importante rendimento à coroa e arrendatários, pequenos comerciantes do interior e à população em geral que se dedicava na apanha do produto. O líquen era utilizado na tinturaria de tecidos finos, tais como a seda, musselinas, etc. Entre os anos de 1757 a 1916, as exportações conheceram a cifra de 8000 toneladas, segundo as estatísticas oficiais,

com cotações extraordinárias nos mercados de Londres, Génova, Amesterdão e outros. Este é um negócio que nem sempre foi feito segundo métodos honestos. A partir de 1916 deixou de ser exportada, devido à introdução de grande quantidade de urzela proveniente nomeadamente de Angola, embora de menor qualidade.

A purgueira começou a ser comercializada a partir de 1800 e foi utilizada para satisfazer a procura da indústria europeia de oleaginosas para o fabrico de óleos, sabões, velas. Internamente era utilizada para a confecção de azeite para iluminação doméstica, e fabrico do sabão para consumo local. Vários pedidos foram dirigidos às autoridades no sentido de ser transformada a semente em Cabo verde e a aqui ser produzido óleo e sabão, mas todos não foram aceites. Até que em 1842 Fernando Burnay conseguiu autorização para montar uma fábrica extractora de azeite em Lisboa, sob medidas proteccionista concedidas pelo governo. Porém, nunca conseguiu produzir a preços concorrenciais, acabando por fechar as portas. A produção da semente de purgueira baixou devido às sucessivas estiagens e chegou a uma produção de 3000 toneladas/ano entre 1938 e 1959; 500 entre 1960 e 1969 até desaparecer totalmente. Entre as causas do desaparecimento mencionadas está também o regime privilegiado concedido à indústria da metrópole, beneficiada pela menor taxa alfandegária.

O café, cuja introdução data dos últimos anos do século XVIII, começou a ser exportado a partir dos primeiros anos do século XIX e atingiu uma média anual das 300 toneladas. Nos

fnais dos anos de 1960 baixou para as 27 toneladas. As causas são várias: reduzidas *superfícies óptimas para a plantação, acentuada erosão dos solos, nas encostas, deficiente protecção das terras dos socacos, nas zonas mais íngremes, desaparecimento gradual da cobertura vegetal de protecção às plantas, provocado pela seca das árvores devido às prolongadas estiagens, envelhecimento dos cafezeiros – causa das mais relevantes, nulos cuidados no campo do tratamento, desinfecção, podas, etc., ausência de adubos e fertilizantes, e todo um conjunto de causas, algumas ligadas ao regime da propriedade agrícola.*<sup>6</sup>

Nos fnais dos anos vinte, Cabo Verde conheceu um grande desenvolvimento na produção da laranja que era exportada para a Inglaterra<sup>7</sup>, iniciativa de *comerciantes do arquipélago que têm procurado nos mercados externos uma colocação que se vai tornando dia a dia mais fácil, não só por motivo da qualidade do fruto, mas ainda pela forma cuidadosa da sua embalagem.* Observemos esta figura exemplificativa do que foi dito:

A actividade agrícola, segundo António Carreira, foi sempre condicionada por sequelas

e desequilíbrios criados pelas instituições escravocratas, como a má distribuição das terras de que resultou indivíduos possuírem grandes extensões e a maioria quase nada, devido a formação de uma classe volumosa de rendeiros e de parceiros. A aversão do povo pelo trabalho, em especial o trabalho agrícola, está intimamente ligada com a sujeição a que foram submetidos os seus ascendentes (escravos e libertos), e ainda pelos baixos salários praticados.

Os factores apresentados tiveram influência na emigração. O desequilíbrio entre os sexos, com maior predomínio de mulheres em relação a homens manifestou-se desde muito cedo, com maior incidência nas ilhas de Sotavento e especialmente na ilha Brava, onde os homens começaram a sair mais cedo com destino aos EUA, deixando as mulheres na ilha. Em 1927 os índices de relação mulher/homem foi de 168.5 e ao longo dos anos trinta oscilou entre 128.3 e 149.8.<sup>8</sup>



Cabo Verde mostra aos londrinos os seus pomos de ouro





# Cabo Verde: As Crises Cíclicas

Os antecedentes históricos das fomes em Cabo Verde remontam aos longínquos anos de 1580/1583, 1610/1611, 1809/1811 e 1894/1900, segundo os registos que possuímos. Nada se sabe sobre o período anterior a 1580. Porém, as fomes, regra geral, têm atingido as ilhas desde o seu descobrimento. Da fome de 1610/1611 o Padre Barreira, na Anua de 1611 (Brásio, IV, pp. 465) escreveu que *estes anos com tam grande fome por não chover, que sendo antes abundantíssimas de mantimentos e havendo dela saca para outras partes, foi necessário que deste Reino lhe viesse a sustentação... e porque este mantimento era para os que tinham para o comprar por preços mui excessivos, a mais gente morria como de peste pelas ervas e sevandilhas que comiam*.<sup>9</sup>

Paralelamente às perdas de vidas humanas, perdia-se também muitas cabeças de gado caprino, bovinos e equídeos que eram empregados na actividade agrícola. Os animais eram também vendidos aos navios estrangeiros que aportavam nas ilhas. É disto testemunho o relato da fome de 1809/1811, na exposição dirigida ao Rei em 24 de Agosto de 1811, no qual o povo da Boavista pedia auxílio para fazer frente à situação de crise em que se debatiam desde 1809 e *protestam contra os direitos lançados sobre os mantimentos e animais vendidos a navios estrangeiros, na base de 24%, quando esses direitos para os navios nacionais e ingleses eram fixados em 15%*.<sup>10</sup>

O século XX não veio alterar o panorama de crise que o arquipélago já conhecia. Senna Barcelos que em 1906 publica o seu trabalho de investigação, dá conta da actuação de determinados elementos das classes dominantes, que se aproveitavam da eclosão da fome

para explorar a desgraça dos famintos a fim de se enriquecerem em benefício próprio. Sobre a última crise do século XIX e primeira do século XX (1889/1890) o Governador de então redigiu as seguintes palavras no seu relatório:<sup>11</sup>

*...a perda das colheitas fora geral em todas as ilhas, e... seria preciso impetrar de S. M. os maiores socorros para evitar as funestas consequências de uma tão grande calamidade. (...) Em portaria nº 341, de 8 de Novembro determinou-se a livre importação de cereais de consumo ordinário da população indígena, que superiormente fora aprovada; e pouco depois facilitava-se a emigração das ilhas do Sal e Maio para a ilha de S. Vicente, a fim de procurarem trabalho nas casas carvoeiras. Pela portaria nº 368, de 6 de Dezembro determinara-se a abertura de trabalhos extraordinários, aplicando-se ao custeio desses trabalhos o saldo existente em cofre no dia 30 de Junho, e ainda em ser; mas não tendo sido aprovado superiormente tal altitude de despesas, foi o governo de S. M. fixada a quantia de 49.500\$000 réis, dividida em 11 prestações sucessivas, na importância de 4.500\$000 réis mensais. Conhecida na província a limitada verba autorizada, e tendo-se gasto no mês de Dezembro a quantia de 6.587\$000 réis, mandou o governador, por portaria nº 31, de 4 de Fevereiro, anular a primeira distribuição de trabalhos e restringir as obras nos pontos onde se manifestarem menor necessidade de socorros, baixando a verba despendida em Janeiro a 3.191\$000 réis. (...) Era este o estado de crise quando tomei posse do governo em 14 de Fevereiro; a 17 assinei as ordens de pagamento na importância de 7.450\$000 réis, e pedi superiormente autorização para saldar o excesso gasto nos três meses de crise. Dezembro de 1889 a Fevereiro de 1890... Em Abril manifestou-se a necessidade de socorro na parte leste da ilha de S. Nicolau e na ilha Brava, tornando-se preciso aumentar as dotações das ilhas do Fogo e S. Tiago (...) Em Maio as informações dos administradores dos concelhos, petições das Câmaras e descrições de misérias e fome relatadas pelas pessoas vindas das diversas ilhas, convenceram-me da necessidade de aumentar as verbas nos diferentes trabalhos (...) Durante o mês de Junho, porém, acentuou-se mais a miséria e a fome; o povo exausto, e tendo já consumido todos os recursos indígenas, atacava os transeuntes no caminho (...) Durante o mês de Setembro correu o tempo propício para o resto dos trabalhos agrícolas; em vista das informações das admi-*



nistrações, ordenei a supressão de alguns trabalhos no dia 15 de Outubro. Pelos mapas respectivos, os trabalhos extraordinários da crise vê-se que as verbas transferidas para o cofre das Obras Públicas foram de Dezembro de 1889 a Novembro de 1890, de 133.004\$154 réis. É grande em absoluto esta quantia, mas não parecerá demasiada comparando-a com a gravidade da crise que combateu e o número de vidas que poupou a uma morte certa e horrorosa. Conta o arquipélago mais de 108.000 habitantes e destes a terça parte foi socorrida de um modo eficaz e proveitoso.

A esta crise, uma das mais violentas dos últimos dois anos, seguiram outras que constituíram um grande obstáculo ao desenvolvimento económico da província e causaram grandes embaraços à administração da província com elevadíssimos sacrifícios ao cofre do Estado. Há quem diga na Europa que em Cabo Verde, para justificar os trabalhos públicos extraordinários e para atrair socorros da metrópole.<sup>12</sup>

Os proprietários e trabalhadores cabo-verdianos foram criticados severamente por não terem sabido tirar o maior rendimento das suas propriedades e terem optado por uma agricultura de subsistência, quando ela podia ter sido de exploração capitalista:

*Estes proprietários, que deviam ter a nítida compreensão da riqueza que podem extrair dos seus terrenos não a possuem e, em geral, só cuidam de que as suas propriedades, por mais vastas que sejam, lhes rendam o necessário para as suas despesas ordinárias, não tratando de explorar convenientemente o solo, para ele obter todos os valores que pode produzir. São assim indivíduos a si pouco úteis, o que pouco importa, mas, é mais grave, inúteis e até prejudiciais à sociedade. (...) Podiam estabelecer a grande cultura, de que podiam extrair abundante colheita de produtos de exportação, com o que aumentariam os seus haveres e a riqueza da província, contentam-se em arrendá-las por pequenas parcelas, por uma certa quantia de dinheiro ou mediante a divisão dos produtos. Tais arrendamentos são, na generalidade dos casos, anuais e os rendeiros limitam-se a semear nos terrenos que cultivam as plantas que lhes fornecem os géneros alimentícios do seu uso ordinário, como são o milho, o feijão, a batata, as abóboras e a mandioca. A cultura destas plantas é simples e pouco trabalhosa; está em harmonia com os hábitos de indolência da população indígena e dá-lhes o indispensável para o seu sustento. Nada mais procurava o rendeiro obter, depois de separado com que deve pagar a renda porque não o animam aspira-*

*ções, nem sente mais necessidade.*

*O rendeiro que melhorar o terreno e nele estabelecer cultura de rendimento duradouro e mais avultado, pode ter a certeza de que o proprietário, no fim do ano, só consentirá em renovar o arrendamento mediante tão subida renda, que será ele só quem há-de colher utilidade dos benefícios realizados.<sup>13</sup>*

É claro que estas palavras manifestam a perspectiva europeia da época, preconceituosa e desconhecadora das potencialidades do clima e dos terrenos em causa, os hábitos alimentares da população cabo-verdiana; mas por outro lado são verdadeiras quando apontam a falta de iniciativa capitalista do homem cabo-verdiano. A busca do lucro, da maximização dos recursos produtivos, a acumulação de capital e o seu reinvestimento é algo que o homem cabo-verdiano desconhece.

Teve lugar outra série de grande crise que só diferem das anteriores por terem sidas mais violentas, dizimando dezenas de milhares de seres humanos: a crise de 1901/1904, a de 1911/1915, 1916/1918, 1921/1922, e a de 1923/1924. Todas elas deixaram a população muito debilitada e deixaram, a já débil vida económica, arruinada, como testemunham os documentos: *No Sotavento o movimento comercial é nulo<sup>14</sup>; existiam acumulados para exportação cerca de 20 toneladas de ossos de animais mortos, na maior parte por falta de pastos.<sup>15</sup>* O reflexo de uma crise fez-se sentir nos anos seguintes, prolongando a situação de calamidade. Reflectiu-se também na opinião pública tanto em Cabo Verde, como em Lisboa, na imprensa e figuras ligadas à política, quase sempre com o intuito de alertar o governo e fazê-lo abandonar a política económica apática que se apossou perante a calamidade.

A título de exemplo podemos apontar alguns títulos de jornais, sem os desenvolver e comentar, por razões que se prendem com o objectivo deste trabalho. O jornal "A Opinião", em S. Vicente, opina, sob o título *A Crise de trabalho*.<sup>16</sup> O jornal "Voz de Cabo Verde" nos

números 4, 7, 8 de 1911 entrevista várias entidades que analisam a crise de 1903/1904; a revista "Serões" (Vol. III, de 1903), em Lisboa num artigo intitulado "A fome em Cabo Verde" indica as suas consequências sociais; a revista científica "Portugal na África" (Vol. 10, nº 116, pp. 477/80) insere um artigo intitulado "Cabo Verde", entre outros.

A crise de 1916/1918 apresenta alguns contornos diferentes dos das crises anteriores, porque ela se deu durante a perturbação causada pela continuação da I Guerra Mundial, aliada à falta de transportes marítimos, *que quase fez cessar as ligações de Cabo Verde com Lisboa*. Portugal tinha entrado na guerra a favor dos aliados, o que implicou uma concentração dos recursos económicos num esforço de guerra, deixando mais ao abandono a província de Cabo Verde. As consequências foram com certeza muito dramáticas, com uma substancial elevação das cifras de mortandade geral, embora não encontremos *informes que nos habilitem a esclarecer convenientemente a situação nesse percurso de tempo*, marcado por uma *desarticulação dos serviços públicos*.<sup>17</sup>

A crise continua nos anos vinte, cada vez mais feroz, somando 27.400 mortes apenas entre 1921/1922, a ponto de ter levado o povo a consumir *todas as pequenas disponibilidades em roupa, em terras, em gados e jóias,...* *A emigração vai levando o que os vapores comportar... É o êxodo da população, que não deve ser contrariado, antes favorecido e protegido, por ser a única forma que foi encontrada durante este terrível cataclismo para combater a fome*. Aquele número de mortes talvez pudesse ter sido menor se, além da falta de géneros alimentícios derivada da conjuntura seguinte à Grande Guerra, o transporte de víveres do exterior não fosse impedido ou retardado pela carência de navios de longo curso. Os Transportes Marítimos do Estado eram reduzidos e de má gestão e complicaram em extremos o abastecimento das ilhas. As duas

primeiras décadas do século XX conheceram o maior fluxo migratório até então: de 27.765 indivíduos de ambos sexos, só ultrapassadas, mais tarde, pelo fluxo migratório que compreendeu o período de 1953-1973. No período que nos interessa mais, 1927-1945 emigraram: 10.120 indivíduos.<sup>18</sup> Os Estados Unidos da América a partir de 1924 adoptaram medidas severas contra a entrada de emigrantes no seu território, fixando cotas de migração, mas foi o governo português que ao regulamentar a aplicação do acordo de quotas, em 1928, que dificultou ainda mais a saída dos que procuravam aquele país. Porém, o Decreto nº 15.433, de Maio de 1928<sup>19</sup> e as estatísticas mostram que, apesar das restrições a rota de emigração para a América do Norte, mantinha-se, desta vez, com uma quota fixada: para os menores de 18 anos, sendo órfãos de pai e mãe, tendo um deles naquele país, e ainda os que, na falta de país, tivessem lá parente próximo que os chamasse e lhes garantisse sustento e educação mas por meio de documentação legal; para as mulheres casadas com ou sem filhos menores que fossem chamadas pelos maridos, por meio de documento devidamente legal; para as mulheres viúvas, chamadas pelos pais, filhos e genros; para os homens chefes de famílias que estivessem na América; e para aqueles que tinham negócios naquele país. Dos 18.629 indivíduos que emigraram, 67% do total de emigrantes, passaram a 1408 no período entre 1927-1945. Esta *segunda fase da emigração cabo-verdiana* vem mostrar duas tendências: uma baixa sensível da média anual de saídas e um nítido desvio da corrente emigratória para os Estados Unidos. Não obstante ter o governo português afrouxado a fiscalização da emigração, procurando mesmo incitá-la indirectamente, receando a repetição de nova crise de fome, liberalizando as saídas com destino a Dakar e aos "países ou colónias estrangeiras", na Portaria nº 146 e

na nº 247, de 18 de Junho de 1928.<sup>20</sup> Neste período, a partir de 1927, a emigração cabo-verdiana orienta-se acentuadamente para a rota da América do Sul, nomeadamente o Brasil (Rio de Janeiro e Santos), Argentina, Uruguai, Chile, rota que mantinha desde os anos de 1900 em diante.<sup>21</sup>

A Europa ainda não se tinha refeito totalmente da primeira grande guerra, a assistência não foi suficiente para evitar uma hecatombe e era preciso *imprimir movimento ao maquinismo da Assistência, e a fazer trabalhar os famintos, quando já melhorados, a incutir-lhes o hábito de trabalho, que mais uma vez se viu, que bem poucos são os que o possuem. É preciso ensinar a trabalhar... Não há dinheiro, é esta a grande verdade...* Era necessário proporcionar trabalho aos necessitados para evitar, mais tarde, ter de os socorrer com esmolas que não só os vexam, como seria um dispêndio para os cofres do Estado, dando origem ao aumento do número de pedintes que adquirindo esse vício abandonariam definitivamente o trabalho.<sup>22</sup> *O povo consumiu todos os seus recursos, os emigrantes estabelecidos nos EUA estão atravessando uma dupla crise: a falta de trabalho e dos salários mínimos. Não há fartas entradas de dólares, que acudam a uma parte da população que tem pessoas de família na América. (...) A restrição das importações tem a sua repercussão no orçamento geral da província, embora se desconheça a sua verdadeira dimensão. Em S. Vicente o porto carvoeiro atravessava talvez a sua mais grave crise de falta de navegação, e, por conseguinte, da importação de carvão com os direitos pagos em ouro. (...) A par da falta de chuvas que consigo trouxe a falta de produção de géneros do país e de pasto... fazendo elevar o preço dos principais géneros alimentícios e de gado, veio também o abuso e a licença, veio a exagerada ganância, que depois da guerra, invadiu... todos os que podem negociar em qualquer coisa. (...) E ainda há quem se insurja contra os elevados vencimentos do funcionalismo, quando o operário, o agricultor, o negociante*

*e o proprietário, elevaram o preço do seu salário, dos seus produtos, das suas propriedades, das suas mercadorias, variando entre os 200% e 400%!<sup>23</sup>*

Na realidade os problemas do porto do Mindelo começaram mais cedo. O Republicanismo português, um dos mais avançados da Europa, e por isso repudiado por poderosas monarquias europeias, como a Inglaterra e a Espanha, que segundo Darryle John Gatlin (1990), *was considered in european reactionary circles ... a pariah which deserved to be forceably eliminated.*<sup>24</sup>

*(...)Strategic planners in Britain had long ago come to rely upon Portuguese territories, especially São Vicente de Cabo Verde, as being an integral part of Britain's world-wide network of strategic positions ... without paying very much heed to Portuguese desires. The Portuguese Republicans, however, threatened to erase this old and rather subservient relationship by replacing it with one which was more equitable and more responsive to Portuguese needs. The Portuguese Republicans sought, in their opinion, to "dignify" the Anglo-portuguese relationship. In the view of many important British strategic planners Britain should now abandon the "world's most important cable station."*<sup>25</sup>

No entanto a importância estratégica de São Vicente era política e comercialmente muito importante, muito antes da chegada dos republicanos ao poder, para a manutenção do chamado "all-red" route que consistia, como explica Gatlin: *was British foreign policy parlance for the submarine communication system which passed exclusively through held territories.* Neste sentido o governo britânico, em 1902, através do seu Foreign Office committee issued a report on this subject which said, in part that:

*From an imperial point of view, and from the supreme right of self-preservation, inter-communication between the scattered units which form in their aggregate the British Empire, should as far possible be in British hands, and should not be dependent upon friendship or the caprice of other nations... there appears to us to be safeguard so reliable as the maintenance and further development in the future of the British submarine cables which served us so*



*well in the past.*<sup>26</sup>

Com as relações entre as duas potências coloniais a azedarem-se começou a temer pelo seu futuro. Depois de 1910, pensou-se que São Vicente podia ser substituído pelas Ilhas Canárias, possessão da Espanha monárquica, mas o poder negocial de Portugal não era forte, há muito economicamente "colonizado" pela Inglaterra (sem esquecer problemas antigos que vinham da Conferência de Berlim, em 1885), não conseguia ripostar, nem defender os interesses do porto carvoeiro, nem conseguir melhores rendas pelas estações de comunicação inglesas. A Inglaterra temia o domínio da França e da Alemanha sobre esta zona do Globo e emitiu o seguinte comunicado:

*In view of the relationship between this country and Portugal, it is improbable that difficulty would be raised by that country as regard the use of the stations at Madeira e São Vicente.*

Mais tarde reforça a sua posição, mostrando que era imprescindível proteger as rotas comerciais inglesas com a preservação dessas possessões:

*We should make it a cardinal point of our subsequent policy to see that no maritime power, such as France or Germany, replace us, and obtains the right to use the Cape Verde Islands...either as a sovereign power or as an ally of Portugal. We should prevent at all costs the transfer of these particular possessions to any naval power.*<sup>27</sup>

Nos primeiros anos da República em Portugal, os trabalhadores das companhias carvoeiras e dos cabos submarinos ingleses fizeram greves exigindo melhores salários, persuadidos pelos ideais Republicanos, o que veio dificultar ainda mais as relações entre Portugal e Inglaterra; sobretudo as relações entre os ingleses residentes e os cabo-verdianos.

Como observa Gatlin, qualquer crise em S. Vicente afectaria todo o arquipélago. A ilha nascera das transformações tecnológicas industriais do mundo ocidental, e da necessidade de mão-de-obra:

In fact, the decline of São Vicente's economy held grave social and economic consequences for the working people of the entire archipelago, not just for São Vicente, because by the late nineteenth century São Vicente had become the archipelago's most important source of income.

Todas estas crises foram acompanhadas de várias doenças como foi o caso da varíola e da varicela ulcerosa, devido à falta de água, alimentos e condições precárias de higiene – que criavam condições propícias para quaisquer microorganismos, mesmo dos mais inofensivos que se tornavam virulentos e epidémicos. Elas não tiveram sempre a mesma magnitude em todas as ilhas e regiões, daí que, foi de esperar que fossem tomadas a tempo medidas proibitivas da exportação, que dessem para a alimentação do povo por algum tempo.

Chegamos ao final dos anos vinte com este quadro catastrófico do ponto de vista humano e económico-financeiro. Em 1926 *os géneros alimentícios atingiram preços exorbitantes, a população continuava sem trabalho e sem recursos e lutam com a falta de subsistência*,<sup>28</sup> Como em todas as outras crises *trabalhos públicos são abertos para ocorrer às consequências da crise agrícola*.<sup>29</sup>

Foi neste caminho no tempo que chegamos ao período que nos propomos analisar mais detalhadamente: 1929/33. Ficámos com um panorama, embora sintético, dos períodos mais críticos na história humana de Cabo Verde e as implicações económicas que acarretaram.



# A Crise: A Quinta-feira Negra

A chamada *Quinta-feira negra* foi o desastre na economia americana que precipitou a Grande Depressão dos anos 30. A crise económica estalou na América do Norte e estendeu-se à Europa e a outras áreas industrializadas do mundo.

No final dos anos 20, o mercado de acções da Bolsa de Valores de Nova Iorque<sup>30</sup>, nos Estados Unidos, esteve sujeito a uma grande expansão que atingiu o seu auge no fim do mês de Agosto de 1929. Os preços entraram em baixa nos meses de Setembro e Outubro, mas a especulação continuou. A 18 de Outubro, o valor das acções sofreu uma queda vertiginosa e o primeiro dia de grande pânico deu-se a 24 de Outubro de 1929, dia conhecido como *Quinta-feira negra*.

Cunha Leal<sup>31</sup> escreveu a propósito da crise, em 1933:

*Mais de onze milhões de desempregados, marchas de famintos sobre Washington; inúmeras falências em todos os sectores da economia e, sobretudo na Banca; um défice no orçamento federal, de dois biliões de dólares, penosamente reduzido a metade; a desorganização correlativa das finanças dos Estados Unidos e das suas grandes cidades; e, por último, o abandono do padrão-ouro.<sup>32</sup>(...)*

A crise conduziu ao abandono do padrão ouro por parte de um grande número de países.

*Cândido de Azevedo no seu trabalho<sup>33</sup> afirma que o índice do produto nacional bruto, que se situava ao nível de 104,4 no final de 1929, desceu para 76,3, em 1931, e para 56,0 em 1933; o índice do rendimento nacional, que atingia o nível de 18,8 em 1929, baixou para 59,7 e para 40,2 em 1933; o índice da produção industrial desceu do nível 38 (base 100, em 1957) para 26 em 1931 e 24 em 1933.*

*Quanto ao desemprego, em percentagem de mão-de-obra civil passou de 3,2 em 1929 (correspondendo a*

*pouco mais de meio milhão de desempregados) para 15,9% no final de 1931 (mais de oito milhões de desempregados), atingindo em 1933 a percentagem de 24,9% (cerca de treze milhões de desempregados).*

*O índice do produto nacional bruto manteve-se abaixo do nível de 1929 (104,4) até ao ano de 1941, em que se cifrou em 125,8; no que concerne ao rendimento nacional, também este índice se conservou abaixo do nível de 1929 (87,8) até ao ano de 1941, quando atingiu o nível de 104,7; no que se refere ao nível de desemprego, basta dizer que entre 1930 e 1940 uma só vez, em 1937, é que o número de desempregados foi inferior a oito milhões.<sup>34</sup>*

Com o colapso das estruturas financeiras do país, esse dia deu início à mais severa e prolongada Depressão experimentada pelo mundo ocidental industrializado. A crise só terminou dez anos depois e trouxe consequências nefastas sobretudo para as classes trabalhadoras. Para além de ter levado à ruína centenas de investidores particulares, a Depressão criou grandes dificuldades aos bancos (dos 25 000 existentes nos Estados Unidos, 11 000 declararam falência) e outras instituições financeiras. As dificuldades só puderam ser ultrapassadas graças à implementação de um rigoroso plano de recuperação social e económica, da responsabilidade do presidente Franklin D. Roosevelt, plano que ficou conhecido pelo nome de *New Deal*.



# A Crise: Franklin D. Roosevelt e o *New Deal*

A I Guerra Mundial gerou, nos EUA, um aumento espectacular da produção agrícola e industrial, accionando paralelamente, de forma rápida e sem precedentes, uma explosão no seu mercado financeiro, reforçando o valor do dólar à escala mundial. Novos métodos de produção (standardização e produção em série, por exemplo) e concentração empresarial tornam o panorama produtivo americano ainda mais concorrencial e rentável. A Europa sentiu todo esse desenvolvimento americano, principalmente através dos investimentos – em forma de empréstimos – na banca e na indústria, abalada e, em alguns países, destruída pelo primeiro grande conflito do século. Assiste-se, nos EUA, a um surto crescente de prosperidade, que se reflectiu em termos de nível de vida e realizações culturais, caindo-se no exagero e no supérfluo em termos de consumo – os loucos anos 20, *the roaring twenties*. A crença cega dos americanos no seu poder económico e no seu estatuto de primeira potência mundial confirmava *o sonho americano*, definindo um estilo de vida que marcou toda uma época.

Era, no entanto, uma prosperidade aparente, um desenvolvimento não sustentando, apresentando bases frágeis. Os níveis de superprodução industrial e agrícola e a especulação financeira atingem dimensões irreais. Regista-se, então, uma acumulação de produtos sem escoamento comercial possível, o que baixa em flecha os preços, afectando as empresas e os agricultores. De repente, no evoluir desta situação financeira, acaba, de forma brutal, a especulação a que se assistia. A 24 de Outubro de 1929 dá-se o crash na Bol-

sa de Valores de Wall Street, em Nova Iorque: a venda maciça de valores das empresas em crise não encontra compradores, originando uma incrível descida nas cotações. Tal situação lança o pânico nos accionistas, que logo vendem as suas acções e retiram os seus capitais dos bancos. O valor das acções continua a baixar significativamente. Os bancos encontram-se descapitalizados em virtude do elevado número de empréstimos, o que os leva a retirar os capitais investidos na Europa. Falências de bancos e empresas, desemprego, criminalidade, miséria, crise, eis a Grande Depressão.

Mergulhados numa crise sem saída visível, os EUA, arrastando consigo o resto do mundo, vivem anos de desespero. Tomam-se imperativas reformas económicas e políticas. Em 1933, perante a incapacidade de resposta à crise e dificuldades governativas do presidente Herbert Hoover, é eleito seu sucessor, o democrata Franklin D. Roosevelt, que imediatamente elabora um programa nacional de medidas reformistas para solucionar a crise e relançar a economia. Lança aquilo que se costuma designar por *New Deal*, termo inspirado no jogo de cartas tão em voga nos tempos do sucesso fácil. É como que uma nova distribuição das cartas, um novo jogo, isto é, uma nova etapa da vida americana, a redistribuição (do inglês *to deal*) de rendimentos de forma a restabelecer ritmos e níveis sustentáveis de produção e desenvolvimento, sem as fragilidades dos anos 20. Mas como, com um cenário tão cinzento e o espectro constante da miséria? Baseando-se nas teorias do economista inglês John Keynes<sup>35</sup>, Roosevelt propõe-se resolver o



flagelo do desemprego incrementando o poder de compra no sentido de recuperar níveis equilibrados de consumo, de forma a relançar o tecido produtivo americano em quantidade e evitando tendências de superprodução. O *New Deal* pressupunha, ao mesmo tempo, uma forte intervenção estatal na economia e na sociedade.

Essa intervenção e vigilância do Estado sentiam-se ao nível da planificação e elaboração de regulamentos de aplicação prática rigorosa, visíveis na limitação e controlo dos preços agrícolas com base na restrição das zonas de cultivo de forma rentável. O combate ao desemprego assumiu contornos nítidos – um ponto de honra para a Administração Roosevelt – com a política de execução de grandes obras públicas indispensáveis à nação e às suas estruturas de desenvolvimento, desde barragens, estradas, pontes, escolas, até sistemas de irrigação, vias-férreas, canais... Neste plano laboral foi imposta uma regulamentação rigorosa, com especial destaque para a semana de trabalho de 40 horas, rentabilizando o mercado de trabalho e abrindo hipóteses de emprego a outros trabalhadores aptos. Ainda no plano do trabalho, permitiu-se, pela primeira vez, a livre associação de trabalhadores – os sindicatos.

É de realçar, contudo, a dimensão social do *New Deal*: neste plano de recuperação nacional, preconizou-se uma nova forma de intervenção do Estado na sociedade americana em termos de condições e nível de vida mínimos, principalmente para os desempregados, idosos, deficientes, órfãos... Surge o *Welfare State*, versão americana (anterior) do Estado-Providência<sup>36</sup> europeu. Salário mínimo e subsídio de desemprego são algumas das criações do *Welfare State*.

No fundo, incrementou-se todo um conjunto de medidas para que os americanos pudessem ter rendimentos e condições de vida mí-

nimas, de forma a haver poder de compra, o que significa incentivar a produção, equilibrar a oferta e a procura e assegurar a manutenção dos postos de trabalho. Podemos resumir assim os vectores fundamentais do *New Deal*: investimento estatal, medidas de carácter social, grandes trabalhos, produção equilibrada, emprego, salários, melhores rendimentos das famílias, consumo, desenvolvimento sustentado e controlado, recuperação dos indicadores de nível de vida americanos anteriores ao *crash* de 1929. O país torna-se mais dinâmico, produtivo e apto a evitar ou a responder positivamente a crises económicas.

Como grande projecto de legislação e política financeira, o *New Deal* exigiu do povo americano sacrifícios e capacidade de resposta como nunca se imaginara, obrigando o Estado, a partir de então, a exercer um forte controlo da produção agrícola e industrial, do comércio, da banca e da bolsa, enfim, da estrutura económica americana. O esforço foi plenamente recompensado pelo desenvolvimento económico registado na década de 30. Os EUA relançam-se definitivamente como primeira potência económica, política e militar do mundo.





# A Crise: As Consequências da Depressão nos Países Industrializados

A crise espalhou-se rapidamente pelo mundo, devido a interdependência do sistema capitalista. Os EUA eram o maior credor dos países europeus e latinos e passaram a exercer forte pressão no sentido de receberem seus pagamentos. Com a quebra industrial, o abastecimento do mercado latino-americano foi afectado, provocando a falta de produtos e a elevação de preços, as importações norte-americanas diminuía e mais uma vez os países latinos sentiam os efeitos da crise, pois viviam da exportação de géneros primários ou mesmo supérfluos, como o café no Brasil. Na medida em que a economia europeia se retraía, as áreas coloniais na Ásia e na África eram afectadas, pois aumentava a exploração das potências imperialistas. O único país a não sentir os efeitos da crise foi a URSS, que naquele momento encerrava o primeiro Plano Quinquenal e preparava o segundo, ou seja, desenvolvia uma economia fechada, que não utilizou-se de recursos externos, apesar das grandes dificuldades do país após a Revolução Russa e a Guerra Civil.

O impacto da crise norte-americana na economia capitalista mundial foi tremendo, atingindo o seu paradoxismo quando a produção desceu ao seu nível mais baixo, na Grã-Bretanha em 1931, na Alemanha em 1932, e na França em 1935.

Na Conferência Monetária e Económica Mundial, sob a égide da Sociedade das Nações que teve lugar em Londres em 1933, sublinhava-se que os preços das mercadorias em geral, expressos em ouro, tinham baixado um terço no final de 1932, relativamente a Outubro de 1929, enquanto os preços das matérias-primas

caíram em média de 50% a 60%. Em 1932, em Winnipeg, os preços do trigo tinham descido a um nível inferior a todos os que os mercados tinham registado nos quatros últimos séculos, provocando uma profunda perturbação no sistema económico, modificando por completo os preços de custo dos diversos elementos da produção, tornando deficitária a maioria das empresas e desorganizou gravemente todos os mercados. O índice dos stocks dos produtos agrícolas e matérias-primas tinha duplicado, em 1932, relativamente a 1925, impedindo um ajustamento regular dos preços. O movimento internacional de mercadorias, entravado pelas perturbações monetárias e restringido por inúmeras intervenções governamentais, tinha descido a um nível incrivelmente baixo. O valor total do comércio mundial, no decurso do terceiro trimestre de 1932, não representava senão cerca de um terço do que em 1929, no mesmo período.<sup>37</sup>

A queda verificada no comércio internacional, acompanhada por uma baixa de preços significativa, atingiu sobretudo os países exportadores de produtos agrícolas e de matérias-primas. Segundo Cunha Leal, *os preços dos géneros agrícolas nos mercados internacionais se aprofundaram mais do que os dos produtos industriais. No decurso de 1933, a baixa daqueles, em ouro, regulou entre os 60% e 70%. Este facto teve repercussões da mais alta transcendência. (...) Os países importadores de produtos agrícolas procuraram defender a agricultura própria, ameaçada de morte pela invasão de géneros excessivamente depreciados.*<sup>38</sup> Aumentaram as taxas alfandegárias, a Inglaterra, por exemplo, passou a olhar com mais atenção para a sua agricultura, que esteve desleixada



ao longo de quase um século. Devido a esta nova política económica mundial, as exportações dos países agrícolas foram reduzidas a proporções ínfimas, diminuindo paralelamente a sua capacidade de compra no exterior, afectando as produções e exportações dos países industriais.

A intervenção do Estado na vida económica e social conheceu por sua vez um desenvolvimento extraordinário, a economia liberal cede perante a economia dirigida, ou orientada adoptada nos Estados Unidos pelo presidente Roosevelt, com o *New Deal*.

A crise económica na Alemanha, o único grande país europeu em que o sistema liberal ruiu completamente perante o impacto da crise económica<sup>39</sup>, provocou a inflação, o desemprego e a miséria (entre 1929 e 1933, o desemprego passou de 1.500.000 para 6.000.000 de desempregados). A produção industrial alemã desceu para os 50% primeiro e depois para 30% do nível atingido em 1929. A classe operária e os trabalhadores rurais foram os mais atingidos pela crise, mas para a classe média alemã foi também um rude golpe.



# Impactos: A Grande Depressão em Portugal (1929/1935)

As consequências da Grande Depressão em Portugal foram graves tanto do ponto de vista económico, social assim como do ponto de vista político. Nessa altura o país não se recompõe totalmente da guerra de 1914/1918, da instabilidade social e política dela resultante, que culminaria na ditadura instaurada pelo golpe militar de 28 de Maio de 1926. A crise em que Portugal mergulhou não resultou exclusivamente de causas externas, mas também de um crise portuguesa que vinha arrastando desde a I Grande Guerra. A crise mundial veio aumentar e trouxe novos aspectos, devido à inserção de Portugal no mercado mundial.

As manifestações da crise em Portugal não foram muito diferente da nos outros países europeus. A grande baixa de preços dos produtos nos países importadores, levou a que os exportadores portugueses tivessem de se sujeitar aos preços oferecidos pelos seus produtos lá fora. Automaticamente os preços desses produtos baixaram no mercado interno, o que levou a uma inevitável baixa nas receitas dos produtos industriais e agrícolas. *Estes acontecimentos, conjugados com o retraimento da procura interna, imobilizaram os stocks, o que provocou reacção em cadeia; dos detentores de capital, que procuraram refúgio no depósito bancário, oficial e particular, redução do investimento directo na produção; restrição do crédito aos sectores e empresas mais afectadas pela crise; baixa do nível da actividade produtiva; redução do número de postos de trabalho e aumento do desemprego; quebra dos salários e poder de compra da população; redução da procura e, obviamente, contracção do mercado interno.*<sup>40</sup>

Portugal como país de emigrantes e colonizador que era nessa altura, contava sempre com a remessa de divisas por parte dos seus emigrantes e com o rendimento de suas colónias. Acontece que os problemas internos foram agravados *pelo desequilíbrio das balanças comerciais das colónias portuguesas (que restringiram os pagamentos e remessas de outra natureza para a metrópole) e pelo défice da balança comercial do Brasil (que impôs grandes restrições às remessas dos emigrantes e dos rendimentos dos capitais portugueses lá investidos)*. Os investimentos portugueses na Inglaterra, onde se encontrava investido uma *considerável fortuna*, devido a influência nos mercados internacionais da bolsa de Londres, com a crise inglesa e tem repercussões em Portugal. As remessas dos emigrantes nos países destinos da emigração portuguesa, como os E.U.A, Argentina, França, Espanha, diminuíram drasticamente.<sup>41</sup>

As colónias portuguesas foram também apanhadas pela crise, de tal maneira que *se tornou impraticável a hipótese de encaminhamento do nosso excesso populacional para aqueles territórios, o que, além de ser embaraçoso para o regime, exacerbou a crise nacional.*<sup>42</sup>

O comércio externo segundo os estudos de Lima Bastos<sup>43</sup>, citado por Cândido de Azevedo, entre os anos de 1929/1932, o período mais crítico da crise, *o valor da importação portuguesa ficou reduzido a metade. De um valor de 2893 milhões de francos-ouro, em 1929, a importação caiu para 1377 milhões de franco-ouro em 1932. Assim, em volume, a importação passou de 2382 milhares de toneladas em 1929, para 1875 milhares de toneladas em 1932. Por sua vez, o preço médio por tonelada importada desceu de 1245 francos-ouro, em 1929,*

para 734 francos-ouro em 1932.

*A exportação registou os seguintes números: 1162 toneladas em 1929, e um pouco menos, 1071 milhares de toneladas, em 1932. Em contrapartida o preço médio por tonelada exportada caiu da base 100, em 1929, para o nível 56, 4 em 1932 (quando nesse mesmo ano, o preço médio da tonelada importada se situava ao nível 60, 4). Esta discrepância resultou do facto de os preços dos produtos agrícolas e primários terem flectido muito mais no mercado internacional que os preços dos produtos industriais.*

Nos anos mais difíceis da crise o sector bancário entra em descalabro, aumentou a corrida aos bancos. Este fenómeno juntamente com a rarefacção do numerário em circulação, a diminuição do conjunto de operações nas diferentes praças, a deficiência de remuneração nas operações de câmbio e o aumento forçado de imobilizações, teve como efeito, designadamente, que os lucros gerais tivessem sido notavelmente diminuídos, obrigando algumas administrações bancárias a reduzir as despesas e a tomar medidas de circunstâncias. A carteira comercial dos bancos desceram, as letras protestadas subiram, perdeu-se a confiança no sistema bancário, que ameaçava ruir-se, e começou a corrida aos levantamentos de depósitos, à medida que muitos bancos suspendiam os pagamentos e multiplicavam o encerramento das instituições de crédito, o BNU inclusive, que até então era de grande solidez. Perante este cenário e boatos que se espalharam minando a banca, Oliveira Salazar, ministro das colónias, no dia 4 de Março de 1931, insurgiu contra eles com uma nota ofícosa nos jornais afirmando que *apareceu em Portugal, pretendendo-se arrastar pela desconfiança ou pelo pânico ao levantamento dos seus depósitos e criar dificuldades aos seus estabelecimentos e à economia do país, com intuítos subversivos e de várias espécies.* Foi o próprio Estado que no mesmo mês de Março foi em auxílio do BNU, entregando-lhe uma importante verba, para a época, de 100 mil contos.<sup>44</sup>

Apesar de não termos conseguido estabelecer nenhuma relação entre a produção portuguesa de carvão com o consumo de carvão pelo porto carvoeiro de São Vicente, que deve ter sido fornecido por explorações mineiras mais próximas e mais económicas, parece-nos importante analisar a produção dos carvões portugueses. Considerando os dados fornecidos pelo C. de Azevedo *a produção decaiu naquele período de 246 431 toneladas para 227 061 toneladas; e a importação de carvões estrangeiros passou de 1 235 785 toneladas para 1 100 068, ou seja, uma quebra de 10,4%.*<sup>45</sup>

A indústria portuguesa que se encontrava a progredir nalguns sectores era incipiente e rudimentar, *pesando a exportação de produtos manufacturados muito pouco na balança comercial.* Foi, no entanto, durante a crise que se realizou em Lisboa, em 1933, o 1º Congresso da Indústria Nacional Portuguesa, e a Exposição Industrial Portuguesa, de Junho a Outubro de 1933, em Lisboa. A produção de vinhos, de conservas, de madeiras, de resinosas, de frutas e do azeite continuaram durante a crise a ser as mercadorias de maior peso na balança comercial portuguesa, *demonstrando assim, dum maneira iniludível, que a agricultura continua a ser a maior indústria nacional.*<sup>46</sup>

O facto de Portugal ter sido, quase desde sempre, um país de emigração, revela a existência de um desemprego endémico, mesmo antes da crise mundial. A Grande Depressão veio agravar a situação, levando o desemprego a alcançar proporções nunca antes vistas. Os ecos da imprensa portuguesa nos anos de 1929/1933 são denunciadores, como constatou Cândido de Azevedo, *a imagem mais realista dessa situação de miséria que avassala a classe trabalhadora encontramos-na nas notícias e reportagens, e, sobretudo, nas simples correspondências locais, publicadas, às centenas, nos principais jornais de Lisboa e Porto (mas também em jornais da província) sobre a crise do trabalho, o caudal de desempre-*

*gados, ou o flagelo do desemprego.*<sup>47</sup> A situação no Porto é testemunhada pelo jornal O Século, 10/3/1930 pela sua gravidade *alarmante, pelo número de braços que não encontram colocação.* A situação na capital não era melhor e em 16/12/1930 numa *representação aos ministros do Governo, os sindicatos Único das Classes Metalúrgicas, dos Operários da Construção Civil e das Classes de Mobiliário sublinhavam que para o operariado daquelas classes a hora era de bem desoladora miséria.* O comércio do Porto, no mesmo ano, informava que fora entregue aos presidentes do Ministério e ministros das diferentes pastas uma exposição, na qual os O Sindicato Único da Construção Civil reclamava *providências imediatas no sentido de atenuar a crise que aquela indústria está atravessando* e apontaram como a causa da crise a *avalancha de operários da província que, acoissados pela fome, abandonavam as suas terras, e ainda daqueles que regressavam do Brasil, onde não encontravam colocação.* A crise era também gravíssima junto das actividades piscatórias e indústrias adjacentes; junto dos *trabalhadores rurais e operários curticeiros que se encontravam em bandos pedindo esmola;* na indústria a crise levou a que na então *relevante industria da chapelaria e na têxtil algodoeiro, se procedesse à sobre exploração do operariado pela via justamente do despedimento ou pela do desrespeito, pelo patronato, da legislação laboral e da jornada de 8 horas de trabalho, que frequentemente era prolongada até 10, 12 e mais horas diárias, e ao emprego em larga escala de mulheres e crianças.*<sup>48</sup> O Governo português de então determinou, apenas em Agosto de 1931<sup>49</sup>, que se procedesse a realização de um inquérito para apurar o número de desempregados no país durante a crise, daí que se torne difícil saber, com exactidão, o número de portugueses que sofreram com a crise mundial.

Parece-nos interessante dar atenção à reacção dos governantes perante a crise e à adversidade na metrópole, para podermos interpretar melhor as suas reacções em relação

às colónias. O mesmo estudo de Cândido de Azevedo, faz referência a uma nota oficiosa sobre *Impostos Falências e Crise* datado de 17 de Agosto de 1930<sup>50</sup>, em que Salazar procura defender o governo e apontar culpados: *Com... a necessidade revolucionária da preparação de certo ambiente, reacendeu a campanha contra a política financeira que mais uma vez se responsabilizou pela crise económica... que vai pelo mundo. (...) Tem sido possível pôr a correr explicações simplistas nas quais aparecem em estreia correspondência o agravamento dos impostos e as falências declaradas, apontando-se o primeiro facto como causa do segundo, e no fim de contas o Ministério das Finanças como o verdadeiro culpado dos prejuízos sofridos. (...) Nada ou pouco têm que ver estes pequenos incidentes com a crise que estão sofrendo a agricultura, o comércio e a industria, menos por virtude de causa que pelo reflexo da crise mundial. Também se não hão-de confundir com ela as dificuldades, certamente passageiras, que têm sentido alguns estabelecimentos de crédito... que com um pouco de calma de habilidade se têm vencido sempre. O Estado tem feito o mais que é possível por não absorver capitais da praça..., mas não está ao seu alcance evitá-la ou remediar por si só os efeitos da crise. Em relação à baixa de preços dos produtos agrícolas da metrópole e das colónias, Salazar considera não estarem suficientemente definidas as causas e tendências desta baixa.* Para Salazar a crise não era mais do que passageira e o seu fim podia estar próximo, no entanto reconhece a sua intensidade aumentou no decurso de 1930, que a exportação e reexportação dos produtos das colónias baixou e com isso a desorganização da economia das *nossas colónias africanas.*

A crise impôs novos caminhos e Salazar na última parte da referida intervenção põe a claro a sua concepção do Estado e pensamento económico ao afirmar que:

*Em face das dificuldades presentes, é natural a boa aceitação duma política financeira e bancária tendente a iludi-las ou adia-las, em vez de resolvê-las: é a tendência humana a evitar o sofrimento, é o princípio da inércia contra o esfor-*

ço, é a pressão de interesses particulares imediatos contra o interesse da colectividade. E, no entanto, há que resistir, como vimos, que lá fora se resiste, a enganadoras miragens, e manter, ainda que com adaptação necessária às circunstâncias do momento, os princípios fundamentais de equilíbrio orçamental e saneamento monetário, bases indispensáveis do crédito interno e externo e, por consequência, do ressurgimento económico do país. Não deve comprometer-se o que já está conseguido: pelo contrário há que apoiar-se nas posições conquistadas para defender, o melhor possível, todas as demais. (...) A resolução da crise implica, de si mesma, restrições, liquidações, desmobilizações, deflação, numa palavra, e nós não poderíamos contrariar a própria natureza, anulando ou prejudicando este movimento saneador. (...) Mas, por outro lado, o que ficou dito... por seu turno ligada à depressão comercial, obrigam todos a trabalhar, sem, aliás, perder de vista a orientação geral, com prudência suficiente para que não se acumulem ruínas que possam ser evitadas. (...) Como não é este o tempo de serem achados bons todos os negócios, ninguém estranhará que não haja para todos dinheiro, mas devemos considerar que, em vez de ser um mal, isto é um bem para a desejada normalização da vida económica. Nem por não se prestarem os estabelecimentos de crédito a subsidiar algumas «fantasias» se pode dizer que as restrições impostas asfixiam a produção. (...) É forçoso pôr de lado a ideia de haver uma intervenção directa do Estado nas situações da agricultura, do comércio e da indústria, com disponibilidades suas, o que arriscaria o orçamento e a tesouraria, e seria perigoso par o Banco de Portugal, a estabilidade monetária e o futuro do país. A intervenção do Estado em acidentes particulares só é justificável quando neles estejam envolvidos interesses colectivos importantes. Fora daí o tem Estado de manter a ordem pública, jurídica e social, auxiliar e fiscalizar o movimento geral de crédito e fomentar a produção e a riqueza. (...) Na verdade, as dificuldades do presente podem ser um tanto ou quanto atenuadas pela intensificação das obras públicas, necessárias, encurtando-se o período da sua realização, desde que seja possível ir conseguindo os fundos necessários para mantê-las.

A leitura atenta da nota de Salazar revela um discurso moralista, pouco consciente da verdadeira causa estrutural do próprio capitalismo que resultou numa crise económica à escala mundial. Uma solução satisfatória para a crise não era encontrada e simultaneamente verificava-se uma quebra de receitas cobradas pelo Estado, apesar da criação de impostos novos ou agravamento dos antigos e de se ter intensificado a fiscalização de todos.<sup>51</sup>

O sistema capitalista, ao longo da história, tem apresentado momentos de maior crescimento ou de abrandamento económicos que reforçam as crises, que aumentam com a desresponsabilização do Estado face aos processos e técnicas de actuação do capital financeiro.<sup>52</sup>

Salazar acompanhava o evoluir da crise nos EUA e nos demais países ocidentais, a alteração do pensamento económico e a política interventora do governo de Roosevelt. Surgiu então, pela primeira vez, pelo Decreto nº 20 984, de 7/3/1932, auxílio temporário aos desempregados: *uma assistência prestada pela solidariedade de todas as classes sociais, que a ela não faltarão depois de o Estado mostra que fez tudo quanto por si podia fazer*. Mais tarde foi transformada pelo Decreto 21 238, que substituiu o auxílio antes em dinheiro, em géneros. Foi criada uma Caixa de Auxílio aos desempregados, sedeada em Lisboa e onde todas as associações tiveram representação.<sup>53</sup> Esta e outras medidas foram tomadas, não menos polémicas, visando dar *esmolas*, mas antes *dar-se trabalho* a desempregados, *facultando-lhes o direito a um salário em vez de criar por lei, para homens válidos, o direito a um óbolo*.<sup>54</sup>

No relatório que elaborou na Ano Económico de 1934-1935 relativamente à Conta Geral do Estado, Salazar fez um balanço optimista da situação em Portugal, considerando-a financeiramente *sã, com orçamentos equilibrados, com uma situação económica em progresso talvez lento mas segura, embora sejam factos que decorrem de um período considerado comumente de grave crise mundial*.<sup>55</sup>



# Impactos: Repercussões na Colónia de Cabo Verde

Cabo Verde nesta altura era governado por um poder colonial ditatorial. Durante este período os ditadores militares revogaram todas as leis e políticas levadas a cabo por uma república democraticamente eleita. A igreja recuperar o poder perdido, as terras que lhe foram confiscadas. Os partidos políticos da oposição foram banidos e foi instaurada a Polícia Internacional de Defesa do Estado. Foi durante a crise mundial que os militares deram conta de que não estavam preparados para fazer frente aos problemas económicos de Portugal e colónias e nomeiam um "salvador" para os problemas económicos, António Oliveira Salazar, que inicia assim a sua carreira política como Ministro das Finanças. Sob a sua liderança o escudo consegue ser uma moeda mais forte, mas as verdadeiras necessidades do povo foram ignoradas, em nome de uma economia mais forte, como denunciou o General Humberto Delgado. Para as colónias e especialmente a mais débil, Cabo Verde, a política económica do Estado Novo foi um desastre completo. Pensavam que a economia nacional portuguesa só seria recuperada integralmente com uma ainda maior e "racional" exploração das matérias-primas do seu império colonial.

Gatlin afirma que em 1930, Salazar instituiu políticas económicas que encorajavam os colonos a:

*apply even more brutally repressive measures of physical coercion to the African masses.*

Nos primeiros anos do seu governo Salazar conseguiu equilibrar o orçamento das colónias, graças a leis draconianas. De acordo com Salazar:

*We must always keep alive in the portuguese people the dream of beyond-the-seas and the pride and consciousness of the Empire. Africa is more than agricultural land and is capable of producing what a metropole needs. Africa is for us a moral justification and a reason for being as a power. Without it we would be a small country, with it we are a great nation.<sup>56</sup>*

Depois de uma leitura atenta das sucessivas administrações coloniais portuguesas desta colónia, fica a impressão de um abandono permanente desta por parte da metrópole, talvez por nunca ter sido uma possessão rentável, como ficou demonstrado na primeira parte. Outros documentos testemunham uma administração desleixada, com prejuízos económico-financeiros enormes para a colónia, como poderemos ver mais à frente. Mais um testemunho que reforça esta ideia vem do antigo Ministro das Colónias J. Bacellar Bebiano, que na Conferência realizada em 16 de Fevereiro de 1932 na Sociedade de Geografia de Lisboa<sup>57</sup>, durante a "Semana das Colónias", afirmou que os *funcionários coloniais fazem todo o possível para estacionar nestas ilhas o menos tempo possível; e, como consequência deste facto, é esta a Colónia de que menos se fala, a menos conhecida. E, coisa curiosa, nenhum dos seus problemas ou aspectos conseguiu interessar qualquer congressista no último Congresso Colonial Nacional*. Em relação à gente cabo-verdiana Bacellar Bebiano disse na mesma comunicação *ser educada, bondosa e instruída; tem um grande sentimento musical e um grande apreço por tudo quanto é português; 73 % da população sabe ler e escrever.*<sup>58</sup>

A economia de Cabo Verde nos anos trinta dependia dos *rendimentos alheios ao desenvolvimento económico local e rendimentos dependentes do desenvolvimento económico local*. Os rendimen-

tos alheios ao desenvolvimento económico local atingiram naquele ano o montante de doze mil e duzentos contos, ou sejam 70% das receitas totais da colónia, e provêm principalmente das taxas telegráficas de trânsito (seis mil contos) e da alfândega da ilha de São Vicente (seis mil e duzentos contos anuais). Nesta cifra têm entrada principal os direitos cobrados sobre os combustíveis fornecidos à navegação que frequenta o Porto de S. Vicente. Ambas estas receitas têm diminuído consideravelmente.

Foram várias as causas desta diminuição, a citar: o desenvolvimento da telegrafia sem fios com a introdução de aparelhos modernos de recepção telegráfica, que afectaram também o efectivo de empregados portugueses e estrangeiros, aumentando o número de desempregados. Segundo um relatório apresentado pela Associação Comercial, uma das três companhias restantes, mantinha ao seu serviço perto de 250 trabalhadores, o que correspondia a um pagamento de salários e vencimentos de 5.000 contos anuais. Em 1933, em virtude da redução de pessoal, causada pela introdução de novos aparelhos e também em parte pela diminuição do movimento telegráfico devido à crise mundial, passaram a prestar serviço 75 empregados, com a despesa de 900 contos anuais, ou seja, uma diferença de 4.200 contos. Dos anos de 1930/1933 os créditos da colónia respeitantes ao pagamento das taxas de trânsito de telegramas não diminuíam, o que não significa que o movimento telegráfico se tivesse mantido, mas sim foi devido à desvalorização da moeda portuguesa que tem acompanhado a libra inglesa, e como as taxas de trânsito de telegramas eram pagas em francos-ouro, a sua conversão em escudos compensavam a baixa desse movimento de comunicações. O Governo colonial para facilitar o intercâmbio telegráfico prometeu, segundo Bebiano, a reduzir as percentagens que lhe cabe nas taxas de trânsito. A tabela seguinte exemplifica o

exposto:

Tabela I

Ano	Escudos	Francos (ouro)
1930	5.810.132\$00	1.364.630
1931	7.603.768\$00	1.270.091
1932	6.664.460\$00	1.057.851

A navegação que demandava o Porto de São Vicente, para se abastecer de combustíveis diminuiu também. Para isso contribuíram o custo dos combustíveis e da aguada, que eram muito superior ao dos portos vizinhos: Dakar e Las Palmas. Neste mesmo ano planeava-se à execução de obras de melhoramento do Porto de S. Vicente, que se limitavam a uma ponte-cais, a um plano inclinado, a uma pequena doca e outras obras para servir especialmente a navegação costeira. Grande parte dos navios que aportavam em São Vicente procedia da Argentina, transportando trigo para a Europa. Nos piores anos da crise a Rússia, a Austrália e o Canada passaram a abastecer o mercado europeu com este cereal, o que inviabilizou aquela carreira.

Quando confrontado com a ideia de remodelação do porto de São Vicente, por parte do capitão Amadeu Gomes de Figueiredo, Governador de Cabo Verde desde 1931; quem apelava para uma política de solidariedade que beneficiaria oito milhões de portugueses espalhados pelos dois milhões de quilómetros quadrados do território lusitano ultramarino, principalmente, uma colónia que se tem visto a braços com crises alimentícias, onde têm morrido de fome milhares de pessoas<sup>59</sup>; o Ministro das colónias, de imediato no Relatório sobre os orçamentos coloniais, de uma forma fria e baseada exclusivamente na orientação económica do Estado Novo, para a qual a palavra de ordem era o equilíbrio financeiro, determinou categoricamente:

*as despesas da colónia não mostraram nos últimos anos*



*acentuada tendência para aumentar. Não é bom o sintoma, tratando-se de uma região colonial abundantemente povoada e insuficientemente utensilhada... As exportações são coisa pouca ao lado das importações e praticamente não têm cobertura comercial em Cabo verde. (...) Consideramos ainda que certas fontes de rendimento que antes existiam vão progressivamente estancando: as passagens de navios e as remessas dos emigrantes. (...) Tem de tentar-se forma séria de fazer sair a colónia desta situação. Para isso não dá ainda a sua situação orçamental. É forçoso realizarem-se as economias precisas para deixar lugar sólido à operação de crédito necessária. (...) A colónia tem de ver que, ao tentar-se um empréstimo – a questão se põe em termos sempre duros entre os futuros credores e devedores e que os argumentos sentimentais são de pouca valia. Invocar razões de justiça, fundadas em acontecimentos longínquos, atitudes passadas, facilidades dadas a outros elementos do Império, cobranças, indevidas de receitas por qualquer entidade, é, para o fim em vista, praticamente o mesmo que dizer palavras em língua que se não entende. A colónia tem de oferecer, dentro de um orçamento solidamente equilibrado, a quantia livre necessária para cobrir os encargos de qualquer empréstimo. Este é o ponto essencial<sup>60</sup>.*

As soluções para tornar o Porto de S. Vicente concorrente passariam por baixar o preço dos combustíveis e o abastecimento da navegação com géneros frescos, na opinião de Bacellar Bebiano. São Vicente não é uma ilha agrícola e para conseguir abastecer os navios com géneros fresco teria de contar com a sua vizinha Santo Antão. Porém, as estradas não haviam sido construídas ainda e Bebiano aponta como solução a construção de uma estrada para carros, que permitisse a ligação entre as regiões agrícolas de Santo Antão e o Porto carvoeiro de São Vicente. O transporte de gado entre as ilhas era muito caro, por cada cabeça de gado transportada paga o criador outra cabeça. Face as dificuldades criadas pela crise que afectava a economia cabo-verdiana, tornava-se necessário encontrar na própria colónia recursos alternativos, uma vez que esses rendimentos eram independentes da acção governativa e incertos. Apenas os grandes proprietários pagavam um salário aos seus trabalhadores rurais. Incertos eram também os rendimentos agríco-

las, que tinham e continuam a ter importância diferente em cada região. Os proprietários dos campos de Santo Antão, nomeadamente na Ribeira da janela, Grande, Paúl, Garça, e Cruz, ricos em laranjas, café, bananas, etc., *não podem exportar facilmente os seus produtos por carência de rápidos meios de comunicação*<sup>61</sup>.

O Governo português vinha há alguns anos a tomar medidas contra a produção de aguardente, aumentando os direitos de comercialização, numa atitude, segundo alguns autores, proteccionista a favor do vinho português. Bebiano achava que *esta era a única forma de solucionar a debatida questão da produção de aguardente da cana sacarina, pois os agricultores, com rápidos meios de transporte, poderiam dedicar-se à exportação de frutos e outros produtos, abandonando gradualmente a cultura da cana sacarina*. A posição do autor não deixa de ir ao encontro dos interesses coloniais.

Outro factor importante na economia da colónia foi a emigração e *se consultarmos as tabelas de receitas gerais referentes a anos com chuva escassa, que os rendimentos não diminuíram, como seria de esperar-se. É que, nestes períodos, uma grande parte da população é socorrida pelos parentes e amigos que vivem na América do Norte, chegando estes donativos para alimentação, e ainda alguns restos para vestuários e outras necessidades. Se em tempos normais entrava em Cabo Verde uma média anual de 350.000 dólares, ou 7.000 contos, em períodos de crise esta verba duplica*.

Com os Estados Unidos da América mergulhados na crise, com um grande número de desempregados e levantadas as dificuldades à emigração para aquele país, este auxílio foi muito reduzido.

O mar, a exploração intensiva do sal, da pesca e indústrias adjacentes poderiam ser soluções para ultrapassar a crise. O sal foi uma das principais fontes de riqueza de Cabo Verde. Destas ilhas saíram para o Brasil toneladas desse produto. Porém, *neste mesmo*

ano (1932), o governo brasileiro querendo favorecer a indústria salinera local, tributou o sal estrangeiro com direitos proibitivos. A exportação do sal atingiu a cifra de 35.000 toneladas anuais, ficou reduzida a alguns carregamentos de sal a granel. As salinas da Boavista, as melhores do arquipélago, em 1932 encontravam-se cobertas de areia<sup>62</sup>. Estas salinas são propriedade do Estado, estão em parte abandonadas; as condições impostas, para as suas explorações, não são de molde a permitir quaisquer lucros aos arrendatários. A ilha do Sal conseguiu exportar nos anos de 1841, 11.500 toneladas de sal, o equivalente a 20 contos, rivalizando com as exportações da capital, situada na maior ilha, que foi de 21 contos. Na ilha do Sal não se pouparam esforços no sentido de estabelecer uma comunicação viável entre as salinas e os portos que faziam escoar esse produto. Foi construído, pouco antes da Grande Depressão, um caminho-de-ferro... no qual este transporte de sal é feito em vagonetas, com enormes velas, que são deslocadas pelo vento – o primeiro dos domínios portugueses e desde então essa mina de sal valeu e valerá muito mais do que uma mina de ouro. Em 1931 o arquipélago exportou 16.000 toneladas, cabendo à ilha do Sal 13.000 toneladas. Era um transporte, como se pode ver económico, favorecido pelo facto pela elevada salinidade do mar, vento forte e constante; a chuva é escassa, e o calor do sol intenso. As ilhas mencionadas apresentavam as mais favoráveis condições do mundo para a produção do sal, um negócio que a crise mundial veio arruinar, obrigando os países importadores, a braços com a deflação de suas moedas e perda de poder de compra, a virar-se para a produção interna e protecção de seus produtos. A pesca sempre foi uma alternativa comercial para as populações costeiras, principalmente a pesca do atum. Bebiano mostra que nessa altura se conhecia mal os recursos pesqueiros de Cabo Verde, da fauna marítima local. Apela também para esse reconhecimento e promo-

ção em grande escala, para se tentar a indústria da seca e salga de peixe, e mesmo conserva, como parece que já se está iniciando. Ele vai mais longe, acreditando que uma das soluções, senão a principal, para que Cabo Verde ultrapassasse as vicissitudes da crise mundial seria a pesca:

*Posta em prática algumas das medidas apontadas, para cuja efectivação bastam os seus próprios recursos financeiros, estou convencido que o seu estado melhorará, e esta colónia atingirá um sã e duradoura normalidade económica. Aos seus habitantes não faltam as devidas qualidades de inteligência e de muito patriotismo para promoverem este ressurgimento.*

Foi surpreendente, principalmente para o cidadão dos nossos dias, quando o governo de Cabo-Verdiano aposta hoje fortemente no turismo, encontrar nas palavras do antigo Ministro das Colónias, uma apreciação que aponte para as potencialidades das ilhas para o turismo e um apelo no sentido do seu aproveitamento e investimento:

*Finalmente, meus senhores, vou referir-me ao turismo; uma das maiores belezas do Mundo, que é o vulcão da ilha do Fogo.*

*Os grandes transatlânticos que passam por estas paragens aproximam-se sempre da costa Leste da ilha do Fogo., ao largo da povoação de Cova Figueira e invariavelmente param, durante algumas dezenas de minutos, a fim de que os passageiros possam contemplar este colosso de grandiosidade beleza.*

*Ora com uma modesta ponte-cais aspiração dos habitantes desta ilha, com a reparação de um caminho existente e construção de uma estrada com uns 10 quilómetros de extensão, facilmente se podia alcançar o chamado Ponto Alto do Sol, e daqui observar-se a surpreendente vista do vulcão.*

*Com estas obras seria possível aos excursionistas irem e regressarem no mesmo dia, tomando de novo o seu paquete. O Ponto Alto do Sul tem uma altitude de 2.469 metros, e faz parte de um enorme anfiteatro com um diâmetro de 9 quilómetros. A orla deste anfiteatro desce verticalmente em fragisidades inacessíveis até aos 1.600 metros.*

*Ao longe, ergue-se o majestoso vulcão, de forma cônica e cor arroxeadada, que atinge 2.829 metros de altura.*

*O vulcão do Fogo é mais alto do que o do Vesúvio; mas mais baixo do que o Etna. O anfiteatro do Fogo é duas vezes mais largo do que o do Vesúvio.*

*O conjunto do anfiteatro e do cone vulcânico do Fogo é dos mais clássicos do Mundo, e por isso encontra-se reproduzi-*

do em modelos apropriados por todos os museus e institutos escolares estrangeiros.(...)»<sup>63</sup>

Investimento que, 73 anos volvidos, falta fazer de forma cabal.

A fim de combater a seca em Cabo Verde, o Ministério das Colónias, em 1928, mandara construir alguns postos pluviométricos, e implementar um plano de arborização das ilhas, que tiveram uma recepção quase que hostil por parte de algumas autoridades da colónia, do que resultou ter recolhido à Metrópole sem concluir os trabalhos.

Em 1930 o recenseamento de gado indicava os seguintes números:

Tabela II

Bovinos	12.000
Asininos	9.800
Caprinos	78.300
Equídeos	1.100
Ovídeos	6.500
Muares	1.500
Suídios	25.000

o que dá um total de 135.000 cabeças de gado, com um valor de 13.568 contos, ou seja, aproximadamente uma cabeça de gado por habitante e 27 cabeças por quilómetro quadrado.<sup>64</sup>

Havia também pequenas indústrias em proporção dos recursos do solo em laboração como, por exemplo, pequenas fábricas de

sabão, de desfibração de sisal e de cerâmica. Bacellar Bebião dá conta de uma pequena indústria familiar na ilha Brava, que fabricava chapéus de palha fina, "panamás", com qualidade iguais ou superiores aos fabricados no estrangeiro. Apela também para uma protecção a esta produção, pela diminuição de direitos aduaneiros e simultaneamente facilitação da entrada desse produto na metrópole.

Em 1933, no Relatório apresentado ao congresso do I. C. internacional, reunido em Lisboa, em Abril de 1933, intitulado *A Colónia de Cabo Verde e a Crise*, J. Bacellar Bebião (A.R.S.M. G.B.E. – Membro do Instituto Colonial Internacional<sup>65</sup>, concentra-se mais demoradamente na crise mundial e suas consequências em Cabo Verde, sem esquecer as endémicas crises do arquipélago. Cabo Verde contava nesse ano 148.000 habitantes e foi afectada de maneira diferente das outras colónias portuguesas.

A engenharia sofria avanços tecnológicos que deixavam marcas na vida dos trabalhadores e na economia ao nível mundial, e Cabo Verde pela sua posição estratégica, servindo como estação intermediária para as comunicações, via Europa, América ou África, não se viu fora dos problemas inerentes ao movimento marítimo e as crises energéticas. Bacellar Bebião relaciona também esse movimento com exportações e importações que tiveram lugar entre 1928 e 1932 e chama atenção para a diminuta exportação de produtos vegetais

Tabela III - Exportação

Anos	Purgueira		Sal		Café		Rícino		Peles e couros	
	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor
1928	1.094	572	6.659	146	14	143	47	62	51	118
1929	2.709	1.616	10.483	219	16	201	57	51	46	129
1930	2.977	1.462	12.483	256	125	1.261	60	46	49	123
1931	2048	928	11.036	229	28	283	32	22	69	174
1932	1.876	883	9.932	201	12	120	57	39	27	66

Tabela IV - Importação

Anos	Tecidos		Açúcar		Far <sup>a</sup> . Trigo		Arroz		Milho	
	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor
1928	205	6.777	1.117	1.971	942	1.826	858	1.535	158	116
1929	334	6.040	1.088	1.661	729	1.563	739	1.227	215	149
1930	225	5.924	1.482	1.804	1.008	1.789	767	1.236	157	110
1931	168	5.569	1.689	1.740	1.073	1.593	972	1.208	467	217
1932	233	3.652	1.605	1.979	1.021	1.699	1.245	1.612	5.991	3.875

e um decréscimo na exportação durante os anos da crise, como podemos ver nas tabelas anteriores (de comércio externo):

A exportação de produtos agrícolas não se ressentiu muito com a baixa de valores ligada à depressão económica mundial, em virtude de medidas oportunas postas em vigor na colónia respeitantes a isenção de direitos<sup>66</sup>

Com as importações passou-se o contrário, verificou-se um acréscimo de importação de produtos de primeira necessidade, com especial atenção para o milho que é a base da alimentação do povo cabo-verdiano.

Em relação aos combustíveis o carvão vai perdendo terreno face aos óleos, devido aos referidos avanços tecnológicos<sup>67</sup>. O progresso da engenharia naval permitiu uma grande economia de combustível. Os vapores que faziam carreiras entre a Inglaterra e o porto do Rio da Prata queimavam aproximadamente uma média de 22 toneladas de carvão por dia, com velocidade de 7 a 8 nós, para uma tonelagem

Tabela V - Combustíveis Importados para a navegação

Anos	Carvão		Óleos combustíveis	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor
1928	232.582	20.659	51.961	9.652
1929	317.804	25.679	140.882	22.027
1930	164.851	15.125	129.060	17.436
1931	142.393	14.038	138.598	20.442
1932	51.755	6.136	181.199	25.238

de 4.000 a 4.500; em 1932 um vapor de 9.000 toneladas gastava 16 a 18 toneladas de carvão diariamente, com uma velocidade de 10 nós. Isto é, percorria 12.000 milhas (ida e regresso), que era feito com dois vapores que consumiam 2.728 toneladas de combustível, passou a fazer-se com um único vapor que consome 900 toneladas de carvão.

Esta depressão económica veio provocar um apreciável decréscimo de movimento da navegação que fluía a um dos seus portos mais importantes, Porto Grande do Mindelo, e consequentemente afectou enormemente a vida económica local. Podemos ver o movimento marítimo do Porto Grande antes e durante o pior período da crise em Portugal.

Tabela VI

Ano	nº. de navios
1927	1.410
1928	1.152
1929	1.361
1930	940
1931	859
1932	770

Verificou-se uma diminuição acentuada do número de navios que aportaram em São Vicente<sup>68</sup>.

O fornecimento de carvão à navegação foi o seguinte:



Tabela VII

Ano	fornecimento carvão
1927	305.484
1928	234.862
1929	262.874
1930	153.199
1931	120.498
1932	70.000

Como foi dito, a este decréscimo no fornecimento do carvão correspondeu um aumento do óleo, medido em toneladas métricas:

Tabela VIII

Ano	Toneladas métricas
1925	32.494
1926	20.572
1927	32.811
1928	66.509
1929	141.938
1930	123.889
1931	125.549
1932	203.000

Paralelamente a estes acontecimentos correspondeu também uma diminuição na tonelage dos navios transatlânticos<sup>69</sup>:

Tabela IX

Ano	Tonelage dos navios
1927	6.247
1928	5.085
1929	6.129
1930	2.775
1931	2.854
1932	2.146

Com a baixa no movimento de navios carvoeiros em São Vicente, foi diminuindo o número de trabalhadores que se ocupavam do abastecimento deste combustível. Em 1927 foram despendidos em salários perto de 4.233 contos, ao passo que no ano de 1932 essa quantia baixou para 2.106 contos, isto é, uma redução

de 50%.

Esta diminuição no montante de salários não foi compensada pelo aumento do tráfego respeitante ao fornecimento de óleo, que como vimos aumentou. O carregamento deste combustível requer menos número de trabalhadores do que o fornecimento do carvão: para fornecer 1.000 toneladas de óleo combustível empregavam-se 30 a 40 trabalhadores, enquanto que para a mesma quantidade de carvão eram necessários 150 trabalhadores. Em 1927 foram fornecidas à navegação 32.811 toneladas de óleo e gastos em salários de trabalhadores 410 contos; em 1932, para um fornecimento de 203.000 toneladas de óleo, foi consumida em salários a pequena quantia de 561 contos. Isto é, a média de salários pagos por tonelage de carvão andou por 17\$00; foram pagos por tonelage de óleo apenas 4\$20.

A economia em tempo que resulta dos vapores a óleo andava por um quarto em relação aos que se abastecem de carvão. Permaneciam pouco tempo nos portos e consequência disto foi que a vida comercial local ficava afectada, visto que os passageiros e tripulantes geravam menos despesas, diminuindo também o comércio de abastecimento dos navios com géneros alimentícios.

A Associação Comercial e Indústria de Barlavento de Cabo Verde, estimou esta baixa em 1.194 contos em 1927 para 290 contos em 1932, como se pode ver na tabela seguinte:

Tabela X

	em contos	
	1927	1932
Salários-carvão	4.233	2.106
Salários-óleo	410	561
Fornecimento de viveres	1.194	290
Aguada	697	225
	6.534	3.182

Resultou do desemprego de 1000 trabalha-

dores, que é uma cifra elevada em relação à população operária de São Vicente que regula por 12.000 indivíduos.

A análise da balança comercial em relação às importações e exportações é notório um *deficit* de exportação. Os dados seguintes podem ilustrar essa situação, embora os dados de 1932, tanto em relação a importações como a exportações careçam de rectificação<sup>70</sup>.

Tabela XI

Ano	importação	exportação
1928	42.189	1.371
1929	33.289	4.380
1930	34.654	4.495
1931	28.906	2.313
1932	36.500	1.380

Bacellar Bebiano chama atenção para o facto da subida da importação no ano de 1932, em relação a 1931, não ter representado um recrudescimento de actividade comercial. Foi devida, em parte, à desvalorização da moeda portuguesa, a qual se reflecte no valor de alguns produtos estrangeiros importados, e também à importação antecipada de mercadorias com o fim de o comércio se eximir ao pagamento de elevados impostos que iam ser estabelecidos sobre produtos estrangeiros numa nova pauta aduaneira, que entrara em vigor em Abril de 1931. A entrada de milho para fazer frente ao mau ano agrícola, veio também influenciar o valor das importações do ano de 1932. Em 1931 importaram-se 467 toneladas e em 1932, 5991 toneladas com o valor de 3.875 contos.

A diminuição da exportação de 1931 para 1932 foi provocado, em parte, pelo baixo valor dos produtos agrícolas colónias, e especialmente pela reduzida produção agrícola em consequência da escassez de chuvas.

O *deficit* na balança económica resultado do desequilíbrio da balança comercial foi compensado, em parte, pelos seguintes numerá-

rios:

- Remessa de dólares pelos emigrantes nos EUA;
- Pagamentos de direitos pelas casas carvoeiras e companhias telegráficas em moeda estrangeira;
- Pagamentos feitos em francos-ouro provenientes das taxas de trânsito de telegramas<sup>71</sup>.

As remessas dos emigrantes cabo-verdianos foram as seguintes:

Tabela XII

Ano	dolares
1927	630.000
1928	475.000
1929	355.000
1930	250.000
1931	200.000
1932	70.000

Como vimos na primeira parte deste trabalho, esta diminuição derivou das restrições impostas pela América, à imigração portuguesa, tendo o número de emigrantes baixado consideravelmente, e também foi devida à crise existente naquele país.

As cambiais fornecidas pelas companhias carvoeiras regulavam até 1929 por uma média anual de £120.000, que somada com as remessas dos emigrantes da América e outros países podia chegar a 20.000 contos anuais. Esta verba deve ter baixado para metade em 1933. Nesse ano o comércio começou a estar *alarmado* com a falta de cobertura para as transferências para a metrópole e estrangeiro.

O erário público pouco sofreu com a diminuição do tráfego marítimo, porque o óleo pagava praticamente os mesmos impostos que o carvão. Os impostos cobrados pela alfândega, excluindo os impostos municipais, relativos aos combustíveis foram:

Tabela XIII

Ano	contos
1927	2.569
1928	1.910
1929	2.865
1930	2.001
1931	2.370
1932	2.000

A Conferência Imperial de Ottawa foi apontada também como uma das causas da crise. Em 1932, a Inglaterra passou uma borracha nas ideias luminosas dos seus grandes economistas do século anterior que consistia na abertura do mercado e instituiu um sistema de tarifas preferenciais para as suas ex-colónias, em detrimento do resto do mundo. Os acontecimentos mundiais assim o impunham. Passou a preferir as carnes e cereais da Austrália e do Canadá em detrimento da Argentina, e Cabo Verde assiste, sem poder fazer nada, à mudança de rota da navegação que antes tocavam os seus portos, a caminho do Atlântico Sul. O quadro seguinte mostra como as importações e exportações respectivamente, com aquele país reduziram muito:

Tabela XIV

Ano	importação	exportação
1929	82:447	29:074
1930	56:665	25:234
1931	52:744	14:785
1932	50:870	10.663

A baixa de fretes influiu no abastecimento de carvão à navegação de longo curso, em porto intermediários, visto que os carregadores *desinteressavam-se dos carregamentos e encham de carvão os espaços designados à carga, e só metem carvão nos portos onde este é mais barato e isto acontece nos mais próximos da Europa. Cabo Verde, cujas rochas nenhum valor mineral têm; exceptuando talvez a pedra-pomes, os restantes produtos vulcânicos nada valem*<sup>72</sup>, viu-se forçado a render-se

perante as evidências, como demonstra este quadro:

Tabela XV

	libras e shillings
S.Vicente	33-6
Canárias	30-6
Madeira	30
Gibraltar	25-6

O arquipélago não podia competir com estas diferenças de preços.

Algumas pessoas que visitaram a ilha de São Vicente por volta de 1936, como Archibald Lyall<sup>73</sup>, cujo testemunho Gatlin (1990) descreve na sua Dissertação de Doutoramento, encontraram uma cidade longe de ser o que fora outrora. Reinava a miséria:

*...I was told that every third person was suffering from semi-starvation. The land at the port was besieged by crowds of mendicants; others sat on the pavement; others again in the gutter; blind, limbless, rickety, paralysed and syphilitic, men with their legs folded up underneath them like a new-born calf's and women whose faces had fallen right in until they were like a flat slab of mouldy-brown cheese with holes in it.*

Enquanto o povo passava fome, mendigava pelas ruas, outros faziam contrabando e a prostituição aumentava, as lojas mantinham os armazéns cheios de alimentos que não conseguiam vender. Lyall mais uma vez descreve o que viu assim:

*The storm broke one day, when some men parade the town demanding food, work or maintenance. Others joined them and in an hour or two there were ten people marching through St. Vincent with the black banner of hunger waving at their head. Then they began to look the foodshops. Even then the fundamental decency of these miserable people showed itself... they did not touch merchants who had shown them charity, the merchants who opened their doors and told them to take what they wanted, or the merchants who, however occasionally, gave them work in the port. The others were looted. The shop of a friend of mine, who had been in the habit of distributing food every week to the poor, escaped scot-free. A neighbouring firm, notorious for its close-fistedness, barricaded its windows and sent for police. It was ransacked to the last grain of maize and its*



*furniture smashed into the bargain.*

Esta foi muito provavelmente a revolta do capitão Ambrósio, que Gabriel Mariano imortalizou nos seus versos e que Elisa Andrade refere no seu trabalho publicado na Internet, onde descreve, por ordem cronológica, todas as revoltas anti-colónias que tiveram lugar em Cabo Verde:

*(...) nos dias 28 e 29 de Janeiro de 1929, período em que São Vicente atravessava mais uma das suas maiores crises de emprego, eclodiu mais uma revolta, reunindo, desta vez, trabalhadores, estudantes e professores levando a que, por ordem do Governo colonial, o Comandante militar desta ilha instalasse o Governo militar e assumisse todas as atribuições policiais da cidade; a 7 de Junho de 1934, Nhô Ambrose – o célebre Capitão Ambrósio de Gabriel Mariano – hasteando uma Negra bandeira/Bandeira negra da fome, sobre a qual escreveu um comerciante, CRISE, encabeçou a manifestação de um grupo de insurrectos que acabou por invadir a Alfândega, distribuir as mercadorias aí encontradas e continuar depois, mesmo perseguidos pela polícia, a abrir armazéns de diversas casas comerciais para confiscar as mercadorias e distribuí-las para o povo da ilha.*

Até à Segunda Guerra Mundial, os movimentos sociais foram sistematicamente reprimidos: enforcamento, chicote, palmatoadas e outras sevícias corporais, deportação inter ilha ou para outra colónia, como aconteceu com Nhô Ambrose que foi degredado para Angola...<sup>74</sup>





# Impactos: Um mundo que acabou

Havia uma elite económica, cultural e social cabo-verdiana (constituída por Brancos maioritariamente, ou, pelo menos, quase Brancos), que com a crise alimentícia dos anos vinte e em resultado da crise económica mundial dos anos trinta – *note-se, processa-se sem que haja uma "crise alimentícia". Há falta de emprego e há fome, mas não há falta de alimentos. Não se consegue vender<sup>75</sup>* –, vê desaparecer o seu modo de vida e ascender uma nova classe (constituída maioritariamente por Mulatos). Manter esse modo de vida implicaria a existência de um poder económico que ela já não possuía. Os elementos da velha elite, devido à inexistência de empregos condignos com a sua anterior posição e não podendo suportar a perda do seu estatuto social, emigram. O fluxo migratório desta gente foi de tal ordem que Teixeira de Sousa<sup>76</sup> escreveu assim sobre ela:

*Faz até certo ponto lembrar essa saída a expatriação forçada de determinada camada social atingida em cheio por uma revolução. Não se deu evidentemente, neste caso, nenhuma revolução mas sim evolução; e os retirantes tiveram apenas uma atitude voluntária, motivada, pelo móbil económico<sup>77</sup>.*

Assistiu-se então à emigração em massa da velha elite durante esse período. Preferiram destinos como Portugal, as antigas colónias, onde podiam aspirar a reconquistar a posição social perdida em Cabo Verde, para o Brasil e os Estados Unidos da América.

Os que ficaram, afirmou Teixeira de Sousa que:

*(...) apeadas da sua primitiva posição de destaque, foram-se a pouco e pouco adaptando à nova realidade social, (...) com o desaparecimento gradual e seguro de todo o preconceito étnico que vigorou durante séculos na ilha [do Fogo], caminhando-se desta sorte para uma perfeita democracia racial, que caracteriza o período pós-colonial.*

O impacto da crise económica mundial atingiu fortemente o arquipélago e faz ruir *a frágil estrutura social que vinha da época escravocrata. Esta estrutura, entenda-se, subsistia apenas nas ilhas agrícolas, as ilhas de Santo Antão, S. Nicolau, Santiago, Brava e Fogo, sendo nesta última ilha, com uma estrutura rigidamente hierarquizada e onde as relações entre classes eram formais, aquela onde as famílias mais importantes resistiam mais tenazmente aos novos tempos.*

Foi também nos anos trinta que surgiu o movimento literário *Claridade*, em 1936, envolvendo uma geração inteira que tinha como principal projecto *finçar os pés na terra* – falar da terra, do homem em todo o seu envolvimento, da cultura mais própria, criando, assim, raízes com o chão, de forma a proporcionar uma íntima e profunda ligação de amor firme do homem à terra que o sustém.

Este movimento foi muito influenciado pelo Neo-realismo português e o Modernismo brasileiro.

Para realizar o desejo de levar o povo a *finçar os pés na terra*, os homens da Geração da *Claridade* tinham, forçosamente, que dedicar grande parte do seu interesse ao movimento contrário a esta vontade – *a emigração*. De facto, o tema da emigração foi amplamente retratado na literatura que marcou a Geração da *Claridade*. Há mesmo quem acuse os homens desta Geração de dar demasiada importância e atenção a esta temática, tornando (ao olhar exterior) a literatura cabo-verdiana da década de 30 quase exclusivamente baseada na temática do "Evasionismo".

De par com esta temática, e talvez motivada



por ela, Claridade prende-se a temas recorrentes como os do terralongismo geográfico – a terra longe, o local de fuga para onde emigravam os homens de Cabo Verde: América, principalmente; o tratamento duplo do elemento Mar – *mar como prisão*, que impede o homem de alargar os seus horizontes, e o *mar como evasão*, que permite ao homem novos conhecimentos, novas experiências e, sobretudo, possibilidades de sobrevivência numa terra, pelo menos, mais fértil; as montanhas e planícies áridas e secas – que impediam o homem de subsistir naquela terra tão infértil; a dimensão telúrica da terra – onde se revela um incomensurável amor àquela terra, que tanto faz sofrer na hora da partida; a tragédia das eternas secas das ilhas – que fustigam a terra e a alma cabo-verdianas, levando ao desespero de querer partir.

A envolver todas estas temáticas que giram à volta do grande e marcante tema da emigração temos, espelhadas em todos os textos, mensagens e condutas destes homens da Claridade, a indesmentível e claramente declarada fé desmedida, religiosidade pura deste povo que, mesmo marcado pelas agruras daquela terra, não deixam de esperar que um dia tudo mude e eles possam *fincar os pés numa terra* que os sustente plenamente.

# Conclusão

A colónia de Cabo Verde não se encontrava preparada para enfrentar a crise de 1929/33, como não estavam as potências colonizadas, mas esta com a agravante de nela nunca se ter feito investimentos, viáveis e produtivos, que respondessem às necessidades das populações, antes da Grande Recessão. Nos anos trinta, era um território com grandes carências em termos de infra-estruturas, precisava de estradas cuja inexistência comprometeu o desenvolvimento económico. Nos anos de grande produção, o escoamento dos produtos da pecuária, agrícolas, industriais, que podia exportar e conseguir equilibrar a sua balança de pagamentos era dificultado. Era uma colónia vulnerável, ao contrário de Angola, por exemplo, que muitos apontaram como exemplo a seguir pelos grandes países ocidentais mergulhados na crise.

A crise mundial afectou a colónia de Cabo Verde e deixou marcas profundas no seu tecido económico-social. Os acontecimentos que tiveram lugar em Cabo Verde, no início dos anos trinta e se prolongaram no tempo, são de ordem económica e estiveram intimamente ligadas à conjuntura de crise económica mundial. Esteve também ligada ao avanço progressivo do mundo, da engenharia, e às crises energéticas, que parecem acompanhar as crises económicas mundiais em todas as épocas.

A crise económica foi provocada, principalmente, pela diminuição do movimento da navegação que se abastecia de carvão nos portos de Cabo Verde. Para debelar a crise, impunha-se tornar necessário reduzir o custo do carvão e da aguada. Um esforço que podia

passar, na opinião de J. Bacellar Bebiano por várias formas:

- Redução dos impostos e taxas que o governo cobrava, as quais oneram os combustíveis e a navegação;
- Haver concorrência na venda do combustível;
- Diminuição no custo do frete do carvão de Inglaterra para S. Vicente, conseguindo-se carga de retorno para os vapores carvoeiros.
- Melhoria das condições de abastecimento de carvão, executando obras no Porto Grande de S. Vicente;
- Redução do custo da aguada;
- Máximas facilidades de visita e despacho;
- Diminuição dos emolumentos consulares;
- Fiscalização por parte do Estado da quantidade de carvão fornecido à navegação.

Algumas medidas tinham carácter prioritário, enquanto outras eram secundárias; umas eram realistas, mas outras eram utópicas, nomeadamente investir num porto carvoeiro, quando o óleo era já o combustível do futuro. Esta falta de visão económica acabou por prevalecer, levando a que o Porto Grande não tivesse sido transformado num porto moderno, em tempo útil, tendo aumentado, ainda mais a distância que o separava dos portos de Dakar e ilhas Canárias. Souberam atrair para seus portos todos os navios a Diesel e fornecer-lhes um melhor serviço, mais competitivo, e o porto do Mindelo mergulhou numa crise ainda maior, praticamente até aos dias



de hoje.

À medida que a crise ia aumentando, aumentou também o poder repressivo do Estado. A metrópole buscava soluções para uma crise que ela mal compreendia, defendia-se como podia contra a quebra das receitas cobradas pelo Estado, os desempregados revoltados, forças da Esquerda, nomeadamente o Partido Comunista que havia já desencadeado a luta clandestina, o partido já era robusto. Não podemos esquecer que foi em 15 de Fevereiro de 1931 que surgiu o primeiro número do *Avante!* Em 29 de Fevereiro de 1932 é planeada a jornada de luta contra a criação do imposto de desemprego, aliando-se indubitavelmente aos desempregados. O Estado passou a empenhar-se mais na orientação económica e financeira promulgando leis que favorecessem as indústrias nacionais, promovessem o intercâmbio comercial entre a metrópole e as colónias, sob o princípio *de que a produção das matérias-primas é função das colónias e a dos produtos manufacturados da metrópole*. Porém não se pôs de parte a existência de possíveis produções fabris para uma maior valorização da economia do país. Cabo Verde, assim como as outras colónias, foi submetido a esta máxima exploração, sem poder suportá-la., devido à sua fraca rentabilidade económica e inexistência de recursos alternativos.

Foi prejudicial também o protecționismo concedido aos produtos da metrópole, como forma de enfrentar os sintomas da crise, em detrimento dos produtos similares produzidos na colónia. Foi o caso da protecção do vinho em relação à aguardente, do sabão da metrópole em relação ao sabão de Cabo Verde, etc.

Devemos realçar também algumas práticas laborais, nocivas à economia, muito próximas das do feudalismo ou da escravatura, em que nem todos os trabalhadores rurais tinham direito a um salário.

As remessas dos emigrantes, que sempre foram importantes nos tempos de crises alimentícias, com a crise de 1929/33 e com os Estados Unidos da América pelo desemprego em massa, Cabo Verde não pôde contar com esses preciosos dólares.

As medidas que foram implementadas nos Estados Unidos da América e Europa para combater os efeitos da crise, a partir das ideias keynesianas, baseadas numa política governamental de controlo do crédito e da circulação financeira, que garanta o pleno emprego, não foram implementadas em Cabo Verde. A lógica de gestão colonial não tinha como princípio acções económico-sociais em prol da colónia, muito menos quando a metrópole viva dias de crise profunda.

Não foi encontrado nenhum documento que determinasse o número de vítimas provocadas pela Grande Depressão em Cabo Verde, mas compreende-se que muitas pessoas sofreram com a crise. Vítimas de um sistema capitalista, no qual o homem não era, seguramente, *le but fondamental et ultimem de toute activité économique*, ao contrário do que defende Jacques Fontanel, no prefácio à *Essai Critique Su Le Concept de Développement* de Anne-Marie Chatier. A busca constante do lucro e da reprodução do capital financeiro não tinha em consideração as necessidades humanas, nem era uma produção feita à escala humana. Ane-Marie Fontanel (1996) na Introdução confirma que a sociedade capitalista não sendo ela superior a nenhuma outra, é no entanto uma sociedade particular que *par sa technologie au service d'une concurrence débridée, peut faire basculer le monde dans la barbarie. (...) Le développement capitalist, comme aboutissement de ce traject n'est ni obligatoire, ni forcément performant, ni même intéressant sur le plan humain*.

O sistema capitalista não deu liberdade aos homens. Ele fez crescer as desigualdades, fomentou a penúria e o sofrimento de milhões



de seres humanos ao longo da história, em diferentes latitudes, obrigando-os a vender a sua força de trabalho para se alimentarem (Polanyi, 1944). Sujeito a períodos de maior crescimento e períodos de grande abrandamento, o capitalismo é responsável por muita abundância e grandes fomes.

A sociedade capitalista permitiu, graças à mais-valia, uma acumulação de capital nos países ocidentais, colonialistas, acompanhada de um crescimento tecnológico e de produção que os distanciou ainda mais das suas antigas colónias, principalmente depois da II G. Mundial: uma das consequências da crise 1929/33. Cabo Verde, na década seguinte e sobretudo durante esse período mergulha novamente noutra grande crise: As fomes dos anos 40.



# Notas

\* Este trabalho, intitulado "O Impacto da Grande Recessão na Colónia Portuguesa de Cabo Verde (1929-1935)", foi feito no âmbito do Seminário (do Mestrado em Estudos Africanos) solicitado pelo Professor Doutor Silas Cerqueira, no ano lectivo de 2005/2006, sob o tema "Economia do Subdesenvolvimento".

As fontes utilizadas foram, primordialmente, o Boletim Geral das Colónias e o Boletim Oficial, tendo prestado mais atenção aos artigos, informações e notícias sobre Cabo Verde, sem descurar outras informações como as que diziam respeito a factos políticos relacionados com o colonialismo ou com a estrutura que tutelava os Boletins. Da restante bibliografia, destaquei aqueles artigos e obras mais pertinentes para os meus objectivos. Estes relacionam-se com a obtenção de maior número de dados sobre a realidade cabo-verdiana, vista pelo olhar de quem sobre ela escreve nos boletins.

Recorri bastantes vezes, por ventura demasiadas, a citações de partes retiradas das fontes e das obras consultadas, colocando em itálico, entre aspas, de forma a distinguirem-se melhor do meu texto, trocando de posições em caso de haver expressões em itálico no texto original ou vice-versa. Quando procedi a saltos na citação de parágrafos, utilizei reticências entre parênteses curvos (...), para não se confundir com a pontuação. Nas notas de rodapé optei pela fórmula "idem" para assinalar os elementos, em falta, repetidos das últimas referências idênticas.

<sup>1</sup>António Carreira, Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX), 2ª edição revista, Ulmeiro, 1984, pp. 14.

<sup>2</sup>Informação extraída da Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Editorial Verbo, 1969.

<sup>3</sup>Carreira, Idem, pp. 13.

<sup>4</sup>António Carreira, Estudos da Economia de Cabo Verde, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1982

<sup>5</sup> Pano de vestir.

<sup>6</sup> (A. Carreira, 1984: pp. 188).

<sup>7</sup>Boletim Geral das Colónias, Ano IX, Junho de 1933, Nº 96, II Série do Boletim da Agência Geral das Colónias, pp. 137.

<sup>8</sup>Idem pp. 193

<sup>9</sup>Idem, pp. 18.

<sup>10</sup>Idem, (citando documento do A.H.U. – Cabo Verde – Caixa nº 52, de 1810/1811), pp. 19.

<sup>11</sup>Relatório do Governador de 1890, capítulo XX, Crise alimentícia de 1889/1890.

<sup>12</sup>Idem, pp. 39

<sup>13</sup>Relatório do Governador José Cesário Lacerda, 1898.

<sup>14</sup> Boletim Oficial de Cabo Verde, nº 33/1904.

<sup>15</sup> B. O. Nº 14/1904

<sup>16</sup>"A Opinião", Ano I, nº 2, de 14 de Novembro de 1902. Artigo assinado por Luis Loff.

<sup>17</sup> Carreira, ibidem, pp. 70.

<sup>18</sup>Referimo-nos à emigração espontânea, segundo os estudos apresentado por A. Carreira, ob. cit., pp. 162, 164.

<sup>19</sup>B. O. Nº 5, de 2 de Fevereiro de 1929.

<sup>20</sup>B. O. Nº 25, de 23 de Junho de 1928.

<sup>21</sup>B. O. Nº 24, de 11 de Junho de 1927.

<sup>22</sup>B.O. nº 8, de 1924.

<sup>23</sup> "A Verdade", Ano I, nº 1, 3, 4 de 1922.

<sup>24</sup> Gatlin, Darryle John, A Socioeconomic History of São Vicente de Cabo Verde, 1830-1970. Dissertação de Doutoramento, University of California, Los Angeles, 1990, pp. 121 e ss.

<sup>25</sup> O autor cita neste passo D. H. Cole, Imperial Military Geography: The Geographical Background of the Defence Problems of the British Commonwealth (London: Praed, 1925), pp. 165.

<sup>26</sup>Citado por Gatlin a partir de Public Record Office (Pro)-Command paper, 1056 (1902), "Report of the Inter-Departmental Committee on Cable Communications", 26 March 1902, pp. 22.

<sup>27</sup>Citado por Gatlin a partir de D. H. Cole, Imperial Military Geography: The Geographical Background of the Defence Problems of the British Commonwealth (London: Praed, 1925), pp. 165.

<sup>28</sup> B. O. Nº 47/1926

<sup>29</sup> B. O. Nº 45/1927

<sup>30</sup> A Bolsa de Valores é o mercado onde se efectuam diariamente transacções públicas de valores mobiliários (dos quais se destacam as acções, as obrigações e os fundos). É, portanto, um mercado secundário, onde se negociam



títulos já existentes.

As bolsas de valores apresentam uma função económica importante: permitem a afectação de poupanças ao investimento produtivo, garantindo ainda uma sempre salutar diversificação das fontes de financiamento das empresas. As bolsas de valores são regulamentadas por uma entidade, com funções bem específicas, como sejam a de assegurar uma informação adequada aos possuidores de valores mobiliários e ao público em geral, a de decidir da admissão (ou não) dos valores às cotações oficiais, e a de regulamentar, supervisionar e fiscalizar o mercado.

Só alguns agentes estão autorizados a operar em bolsa. Os corretores são aqueles que estão credenciados para o fazer.

<sup>31</sup>Cunha Leal, *A Técnica e as transformações Sociais Contemporâneas*, pp.114.

<sup>32</sup>O período 1870/1914 caracterizou-se pelo funcionamento generalizado do chamado sistema do padrão-ouro. Nesse sistema, as moedas dos diferentes países eram definidas por um determinado peso em ouro. Além disso, os particulares podiam, livremente, adquirir ou vender ouro em qualquer quantidade. Do mesmo modo, as exportações e importações do metal amarelo eram realizadas sem quaisquer restrições.

A partir desta relação de preços entre o ouro e a moeda nacional, tornava-se fácil estabelecer a taxa de câmbio entre duas moedas de dois países diferentes – a chamada paridade de cunhagem. Uma vez assim fixada, a taxa de câmbio só podia variar acima ou abaixo desta paridade no montante do custo de embarcar ouro entre duas nações – os chamados “pontos do ouro”.

Se o período 1870-1914 foi visto como a idade dourada das relações económicas internacionais, o período entre as duas grandes guerras pode ser chamado como o da “idade negra”. De fato, o início da 1ª Grande Guerra decretou o fim do padrão-ouro. De imediato, os países envolvidos na guerra suspenderam a convertibilidade de suas moedas em ouro e proibiram as exportações de ouro, a fim de proteger suas reservas deste metal. A partir dessa medida, outros países adoptaram a mesma política.

Como resultado, as taxas de câmbio passaram a flutuar ao sabor da oferta e da demanda. Em certos períodos, como os anos da 1ª Grande Guerra e durante a Grande Depressão de 1929-1933, as taxas de câmbio flutuaram de forma descontrolada e até mesmo caoticamente. Ao longo do período entre as duas guerras, foram tentados diversos arranjos cambiais, de forma a reduzir a possibilidade de

desvalorizações concorrenciais entre os países, nem sempre com muito êxito.

Esses acontecimentos contribuíram de forma inequívoca para a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

<sup>33</sup>Cândido de Azevedo, *A Crise da Bolsa Que Mudou o Portugal*, Publicações Europa América, 1988, pp.17.

<sup>34</sup>Índices extraídos de Pierre Leon, *História Económica e Social do Mundo*, Lisboa, 1982; e *Crises et Récession Économiques*, de Maurice Flamant e Jeanne Singer-Kerel, Paris, 1970.

<sup>35</sup>John Maynard Keynes foi economista, teórico e jornalista britânico (1883-1946) que se tornou conhecido por ter concebido teorias revolucionárias acerca das causas do desemprego prolongado. O seu trabalho mais importante intitula-se *The General Theory of Employment, Interest and Money* (1935-1936), obra em que defende uma solução para a recessão económica baseada numa política governamental de controlo do crédito e da circulação financeira que garanta o pleno emprego. É considerado o pai da macroeconomia.

<sup>36</sup>Concepção do Estado que defende a necessidade de ele ter uma intervenção decisiva (planificando, administrando e controlando) em todas as esferas da vida social, com vista a prover às necessidades da colectividade e de cada indivíduo em particular.

<sup>37</sup>*Société des Nation, Conférence Monétaire et Économique – Project d’ordre du Jour Annoté*, Genève, 20 de Janeiro de 1933, citado por Cândido de Azevedo.

<sup>38</sup>Cunha Leal, “Aspectos objectivos da crise económica”, in *Vida Contemporânea*, Janeiro de 1935, ano II, nº 9.

<sup>39</sup>Acontecimento que decidiu a vitória de Hitler, como observou Henri Michel em *Les Fascisme*, Paris, 1977, pp. 43 e ss. É importante observar que o Partido Nacional-socialista de Hitler cresceu proporcionalmente ao número de desempregados, com uma aderência de 400.000 para 1.300.000, de 1929 a 1933; na França e na Inglaterra os partidos nunca conseguiram um amplo apoio popular que lhes permitisse apoderar-se do aparelho de Estado, apesar da instabilidade política e social que criaram; na Itália Mussolini, que já estava no poder, quando se manifestou a Grande Depressão, adquiriu a forma fascista e totalitária nos anos da crise e em parte por causa dela; em Portugal foi também nesse período que ocorreu a afirmação do poder autocrático de Salazar e a edificação e consolidação do “Estado Novo”.

<sup>40</sup>Cândido de Azevedo, *A Crise que Mudou Portugal*, Publi-



cações Europa América, pp. 29.

<sup>41</sup>Idem, pp. 30

<sup>42</sup>Cândido de Azevedo cita: Cartas e Relatório de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar, editado pela Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, pp. 114.

<sup>43</sup>E. A. Lima Bastos, Política Comercial Portuguesa, Lisboa, 1934.

<sup>44</sup>Diário do Governo, Decreto nº 19 496, de 23 de Março de 1931.

<sup>45</sup>Cândido de Azevedo, ob. cit., pp. 38.

<sup>46</sup>Joaquim roque da Fonseca, Expansão Económica de Portugal, pp. 57, Lisboa. Citado por Cândido de Azevedo.

<sup>47</sup>Cândido de Azevedo, ob. cit., pp. 44.

<sup>48</sup>Idem, ob. cit., 45-47.

<sup>49</sup>Decreto nº 20 222, de 15 de Agosto de 1931.

<sup>50</sup>Citado pelo mesmo autor, ob. cit. pp. 55.

<sup>51</sup>Cândido de Azevedo, ob. cit. pp. 65.

<sup>52</sup>Carlos Pimenta, Globalização: produção, capital fictício e redistribuição, 2004

<sup>53</sup>Cândido de Azevedo, ob. cit. pp. 79.

<sup>54</sup>Idem, ibidem, pp. 81.

<sup>55</sup>Cândido de Azevedo chama atenção pelo carácter polémico destas afirmações e aponta como exemplo os dados que se encontram na "Verdadeira Situação Financeira e Económica de Portugal", segundo os elementos extraídos do Anuário Estatístico da Sociedade das Nações de 1934-1935.

<sup>56</sup>Gatling, A Socioeconomic history of São Vicente de Cabo Verde, 1830-1979, pp. 159.

<sup>57</sup>"Alguns Aspectos Económicos do Arquipélago de Cabo Verde" in: Boletim Geral das Colónias, Ano VII, Abril de 1932, nº 82.

<sup>58</sup>Esta percentagem pode ser importante para se determinar o grau cultural da população, embora nos pareça exagerada.

<sup>59</sup>Boletim Geral das Colónias, Ano XI, Outubro de 1935, Nº 124, pp. 158.

<sup>60</sup>Idem, pp. 346-347.

<sup>61</sup>"Alguns Aspectos Económicos do Arquipélago de Cabo Verde" in: Boletim Geral das Colónias, Ano VII, Abril de 1932, nº 82, pp. 13.

<sup>62</sup>Idem, pp. 14.

<sup>63</sup>Idem, pp. 19.

<sup>64</sup>Idem, pp. 12.

<sup>65</sup>Boletim Geral das Colónias, Ano IX, Maio de 1933, Nº 95.

<sup>66</sup>As tabelas apresentadas a seguir foram extraídas do documento indicado na nota anterior.

<sup>67</sup>As quantidades são expressas em toneladas métricas e os valores em contos, em função do valor que a moeda portuguesa tinha na época.

<sup>68</sup>A média dos dez anos anteriores ao ano de 1927 foi de 1.018 navios.

<sup>69</sup>O autor chama atenção para a necessidade de rectificação dos dados referentes a 1932.

<sup>70</sup>Nota do texto original.

<sup>71</sup>Em 1933 foi regulado por 6.000 contos anuais, taxa que se manteve em virtude da desvalorização do escudo.

<sup>72</sup>Boletim Geral das Colónias, Ano IX, Maio de 1933, Nº 95.

<sup>73</sup>Autor de Black and White Make Brown, Toronto, Canada, 1938.

<sup>74</sup>Andrade, Elisa: A luta de libertação de Cabo Verde não foi circunstancial nem a sua independência veio por arrastamento. Consultado em 23 de Outubro de 2003, em Libération Afrique - Solidarité internationale et luttes sociales en Afrique subsaharienne : [http://www.liberationafrique.org/article.php3?id\\_article=872](http://www.liberationafrique.org/article.php3?id_article=872)

<sup>75</sup>João Nobre de Oliveira, Imprensa Cabo-verdiana, 1820-1975, Edição da Fundação Macau, 1998 pp.389.

<sup>76</sup>Médico e escritor cabo-verdiano, da ilha do Fogo, pertencente à Geração da Claridade.

<sup>77</sup>Henrique Teixeira de Sousa, Sobrados, Lojas & Funcos – contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo, in Claridade, Nº 8, pp. 4.





# Bibliografia

## Obras Consultadas

"Alguns Aspectos Económicos do Arquipélago de Cabo Verde" in: *Boletim Geral das Colónias*, Ano VII, Abril de 1932, nº 82.

Azevedo, Cândido de, *A Crise da Bolsa Que Mudou o Portugal*, Publicações Europa América, 1988.

Bastos, E. A. Lima, *Política Comercial Portuguesa*, Lisboa, 1934.

Carreira, António, *Cabo Verde (Aspectos Sociais. Secas e Formas do Século XX)*, Biblioteca Ulmeiro Nº 9, 2ª. Edição, 1984

Carreira, António, *Estudos da Economia de Cabo Verde*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1982.

Carreira, António, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, Universidade Nova de Lisboa – Ciências Humanas e Sociais, 1ª. Edição, Lisboa, 1977.

Chevalier, August, *Les Îles du Cap Vert*, Paris, 1935.

Figueira, Manuel Bonaparte, *Subsídios para o Estudo Evolutivo da Cidade de São Vicente de Cabo Verde, tese de licenciatura*, Lisboa, 1968.

Flamant, Maurice e Singer-Kerel, Jeanne *Crises et Récession Économiques*, Paris, 1970.

Gatlin, Darryle John, *A Socioeconomic History of São Vicente de Cabo Verde, 1830-1970*. Dissertação de Doutoramento, University of California, Los Angeles, 1990.

Henrique Teixeira de Sousa, Sobrados, Lojas & Funcos – contribuição para o estudo da evolução social da Ilha do Fogo, in *Claridade*, Nº 8.

Leal, Cunha, "Aspectos objectivos da crise económica", in *Vida Contemporânea*, Janeiro

de 1935, ano II, nº 9.

Leal, Cunha, *A Técnica e as transformações Sociais Contemporâneas*.

Leon, Pierre, *História Económica e Social do Mundo*, Lisboa, 1982.

*Memorial dos Habitantes da Ilha de S. Vicente de Cabo Verde*, redigido e apresentado por Luís Loff Vasconcellos, Imprensa de Libânio da Silva, Lisboa, 1900.

Oliveira, João Nobre de, *Imprensa Cabo-verdiana, 1820-1975*, Edição da Fundação Macau, 1998.

Pimenta, Carlos, *Globalização: produção, capital fictício e redistribuição*, 2004

Vasconcellos, Luís Loff, *A Perdição da Pátria*, Imprensa de Libânio, Lisboa, 1900.

## Fontes

*Boletim Oficial* Nº 24, de 11 de Junho de 1927.

*Boletim Oficial* Nº 25, de 23 de Junho de 1928.

*Boletim Oficial* Nº 45/1927.

*Boletim Oficial* Nº 47/1926.

*Boletim Oficial* Nº 5, de 2 de Fevereiro de 1929.

*Boletim Oficial* nº 8, de 1924.

*Boletim Geral das Colónias*, Ano IX, Junho de 1933, Nº 96, II Série do Boletim da Agência Geral das Colónias, pp. 137.

*Boletim Geral das Colónias*, Ano IX, Maio de 1933, Nº 95.

*Boletim Geral das Colónias*, Ano IX, Maio de 1933, Nº 95.

*Boletim Geral das Colónias*, Ano XI, Outubro de 1935, Nº 124.

*Boletim Oficial de Cabo Verde*, nº 33/1904.

*Diário do Governo*, Decreto nº 19 496, de 23 de Março de 1931.



Relatório do Governador de 1890, capítulo XX, Crise alimentícia de 1889/1890.  
Relatório do Governador José Cesário Lacerda, 1898.

### Obras Gerais e Acessórias

"A Opinião", Ano I, nº 2, de 14 de Novembro de 1902. Artigo assinado por Luis Loff.

"A Verdade", Ano I, nº 1, 3, 4 de 1922.

*Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura*, Lisboa, Editorial Verbo, 1969.

### Documentos Electrónicos

Andrade, Elisa: A luta de libertação de Cabo Verde não foi circunstancial nem a sua independência veio por arrastamento. Consultado em 23 de Outubro de 2003, em Libération Afrique - Solidarité internationale et luttes sociales en Afrique subsaharienne: [http://www.liberationafrique.org/article.php?id\\_article=872](http://www.liberationafrique.org/article.php?id_article=872).

### Documentos Estatísticos

Materiais utilizados na leitura estatística pormenorizada (apresentados em anexo no trabalho académico)

- A - Valor e quantidades das principais mercadorias importadas nos anos de 1931 a 1935;
- B - Comércio externo nos anos de 1929 a 1935; Comércio com a metrópole e colónias nos anos de 1929 a 1935; Importação de carvão de pedra e óleo combustível, para reabastecimento da navegação do Porto Grande de S. Vicente, nos anos de 1929 a 1935; Índices-números do valor da importação, segundo as procedências relativos aos anos de 1932 a 1935;
- C - Valor e quantidade dos principais produtos exportados nos anos de 1931 a

1935

- D - Resumo do movimento geral dos portos nos anos de 1930 a 1934;
- E - Produção das principais indústrias nos anos de 1932 a 1935;
- F - Tráfego do Porto Grande de S. Vicente nos anos de 1932 a 1935;
- G - Rendimentos aduaneiros de 1935, por casas fiscais comparada com os de 1934;



**Autor:** Olavo Bilac B.M Cardoso

**Título:** O Impacto da Grande Recessão na Colónia Portuguesa de Cabo Verde (1929-1935)

**Editor:** Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

**Colecção:** e-Working Papers

**Edição:** 1ª (Out/2007)

**ISBN:** 978-989-95426-0-0

**Localização:** <http://www.africanos.eu>

**Composição:** CP

**Referência bibliográfica:**

CARDOSO, Olavo Bilac B.M. Ano. O Impacto da Grande Recessão na Colónia Portuguesa de Cabo Verde (1929-1935). In *e-Working Papers CEAUP*. ISBN: 978-989-95426-0-0. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. <http://www.africanos.eu>

**Preço:** gratuito na edição electrónica, acesso por importação.

**Solicitação ao leitor:** Transmita-nos ([ceaup@letras.up.pt](mailto:ceaup@letras.up.pt)) a sua opinião sobre este trabalho.

©:É permitida a cópia de partes deste documento, sem qualquer modificação, para utilização individual. Não é permitida qualquer utilização comercial. A reprodução de partes do seu conteúdo é permitida exclusivamente em documentos científicos, com indicação expressa da fonte. Não é permitida a sua disponibilização através de rede electrónica ou qualquer forma de partilha electrónica. Em caso de dúvida ou pedido de autorização contactar directamente o CEAUP ([ceaup@letras.up.pt](mailto:ceaup@letras.up.pt)).